

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Natália Damasceno do Nascimento

**Desterro sob o olhar de viajantes russos no início do século XIX**

Ilha de Santa Catarina  
2021

Natália Damasceno do Nascimento

## **Desterro sob o olhar de viajantes russos no início do século XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Licenciatura e Bacharelado em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Roselane Neckel.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Nascimento, Natália Damasceno do  
Desterro sob o olhar de viajantes russos no início do  
século XIX / Natália Damasceno do Nascimento ; orientador,  
Roselane Neckel, 2021.  
82 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,  
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. Relato de Viagens;. 3. Viajantes  
Russos; . 4. Desterro; . 5. Início do Século XIX. I.  
Neckel, Roselane . II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 10 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às 16 horas, por meio do ambiente virtual *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof.<sup>a</sup> **Roselane Neckel** (orientadora), Prof. **Alex Degan** (membro) e Prof. **Marcos Fábio Freire Montysuma** (membro suplente), designados pela Portaria TCC nº 8/HST/CFH/2021, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Natália Damasceno do Nascimento**, intitulado: “**Desterro Sob o Olhar de Viajantes Russos no Início do Século XIX**”. Aberta a Sessão pela Senhora Presidenta, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof.<sup>a</sup> **Roselane Neckel**, nota 10,0 (Dez); Prof. **Alex Degan**, nota 10,0 (Dez); sendo a acadêmica aprovada com a nota final 10,0 (Dez). A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 17 de maio de 2021. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 10 de maio de 2021.



Documento assinado digitalmente

Roselane Neckel  
Data: 10/05/2021 18:24:25-0300  
CPF: 641.354.119-91

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.<sup>a</sup>. (Orientadora):.....



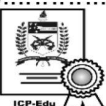
Documento assinado digitalmente

Alex Degan  
Data: 11/05/2021 09:51:12-0300  
CPF: 269.404.488-37

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. (Titular):....

Prof.(Suplente):.....



Documento assinado digitalmente

Natalia Damasceno do Nascimento  
Data: 11/05/2021 11:16:53-0300  
CPF: 104.429.649-60

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

(Candidata):.....



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmica Natália Damasceno Nascimento, Matrícula 15201361, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **“Desterro Sob o Olhar de Viajantes Russos no Início do Século XIX”**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 17 de maio de 2021.



Documento assinado digitalmente  
Roselane Neckel  
Data: 17/05/2021 09:49:40-0300  
CPF: 641.354.119-91  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Orientador(a)

**Dedico este trabalho à minha mãe Arlete e a Bia, que sirva de inspiração!**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, queria agradecer ao povo brasileiro pelos impostos pagos que me possibilitaram ter uma formação gratuita e de qualidade, apesar da tentativa do governo de tornar a educação um privilégio dos ricos novamente.

Agradeço à minha família: minha mãe Arlete Antônia Damasceno que desde o começo me ajudou e apoiou de diversas formas. Meu pai Pedro Nilo Damasceno que me ensinou a ser sempre humilde e nunca esquecer as nossas raízes e por isso, sempre foi uma influência na minha vida. Minha Tia Dayane Silveira Damasceno e ao meu tio Rodrigo Pereira que me possibilitaram permanecer na UFSC. Não poderia deixar de agradecer ao Mário César Rodrigues pelas palavras de incentivo e por me apoiar nos meus primeiros anos de graduação.

Minha orientadora Roselane, por toda a sua sabedoria, conhecimento e orientação. Por aceitar esse desafio, por entender a minha ansiedade e perdoar a minha falta de experiência. Por disponibilizar tudo aquilo que ela tinha para que esse trabalho fosse o melhor possível. Minha gratidão.

Aos meus colegas de graduação, que nesses seis anos de UFSC, ajudaram-me a moldar quem sou hoje. Ao Marcelo de Mello Farias que sempre me ajudou com conversas sobre o mundo e é um grande amigo que a UFSC me deu, aos nossos surtos e cafés na sala de convivência do Colégio de Aplicação. À Eduarda Sedrez Schollemberg, que nos últimos anos de graduação me ajudou com as angústias de uma vida de graduanda. Ao Lucas do Nascimento que me ajudou a enfrentar os primeiros anos de graduação e fez com que eu tivesse acesso aos textos que eu precisava. Ao Nilo, pelo companheirismo e compreensão nesses últimos meses, obrigada pelo carinho, cuidado e paciência que você demonstrou.

*“Sou assim, e não assim, diligente e preguiçoso, decidido e volúvel, Eu sou... tímido e impudente, mau e bom; Em mim, há mistura de tudo que vem do ocidente para o oriente, do entusiasmo à inveja...”* Yevgeny Yevtushenko



## **RESUMO**

Este trabalho visa compreender dentro do contexto da primeira circum-navegação russa, durante o processo de exploração do Pacífico, sob às ordens do Almirante Adam Johann von Krusenstern, as representações dos viajantes russos sobre a Vila de Nossa Senhora do Desterro. Na situação específica aqui abordada, a ancoragem da expedição russa no porto de Desterro é representada pelos relatos de viagem que o Almirante Krusenstern e pelo comandante Urey Lisiansky escreveram a respeito de sua estadia entre 1803 e 1804. A pesquisa procura entender as representações que os relatos dos viajantes russos concebem sobre Desterro. Analisando as representações sobre os habitantes, os escravos, as mulheres, a questão indígena, a questão econômica sobre a pesca baleeira, a fragilidade dos fortes e pôr fim a política da coroa portuguesa.

Palavras-chave: Relato de Viagens; Viajantes Russos; Desterro; Início do Século XIX.

## **ABSTRACT**

This project aims to comprehend the Russian Travellers perception of the village of Nossa Senhora do Desterro, from the context of the first Russian circum navigation, in the process of the exploration of the Pacific, under orders of Admiral Adam Johann von Kruestern. In the specific situation adressed here, the anchoring of the Russian expedition at the port of Desterro is represented by the travel reports that Admiral Krusenstern and Commander Urey Lisiansky's wrote about they stay in between 1803 and 1804. The research seeks to understand the representation that the Russian travelers reports have about Desterro. Analyzing the representations about the inhabitants, the slaves, the woman, the indigenus matter, the economic question about whaling, the fragility of the forts and finally the Portuguese crown policy.

Keywords: Travelers reports; Russian travelers; Desterro; Early 19th century.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mapa de localização da região da Ilhas Aleutas.....	23
Imagem 2 - Mapa de localização do Pacífico Norte.....	24
Imagem 3 - Iconografia do Forte de Santana.....	55

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Alm. - Almirante

IHGSC - Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Ten. - Tenente

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>O IMPÉRIO RUSSO DOS VIAJANTES.....</b>	<b>21</b>
<b>A HISTORIOGRAFIA CATARINENSE E O USO DOS RELATOS DOS VIAJANTES .....</b>	<b>38</b>
<b>OS RELATOS DOS VIAJANTES RUSSOS E SUAS REPRESENTAÇÕES SOBRE DESTERRO.....</b>	<b>48</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>77</b>

## INTRODUÇÃO

A primeira expedição russa ao redor do mundo, contava com os navios Nadeshda (Esperança) e Neva sob o comando dos capitães-tenentes Ivan Fedorovich Kruzenshtern e Yuri Fedorovich Lysiansky<sup>1</sup>. Essa expedição desperta a atenção da coroa russa para a expansão da marinha russa e pelo reconhecimento dos mares. Passando por dois continentes e por ilhas então desconhecidas para os russos. Os marinheiros chegaram em Desterro em 1803. Escrever sobre essa expedição em Desterro direciona a autora a conhecer aspectos de sua terra natal no início do século XIX. É através das representações dos viajantes, que surge uma análise sobre a construção da historiografia sobre a história de Desterro e, também propõe conhecer um pouco mais sobre o Império russo e a política czarista do século XVIII.

Neste enfoque, o Império Português criou e disseminou uma imagética de sua colônia para outros impérios europeus, vale ressaltar sobre a imagem dos indígenas de gentis e amigáveis, mas depois foram caçados pelos portugueses e catequizados à força pela igreja católica. O imaginário dos europeus será discutido pela análise do relato de viagem da expedição russa, que segundo a historiadora Mary Louise Pratt, os textos que trazem os discursos euroimperialistas abordam esse tema através do poder de construção contínuo e carregado de neutralidade, espontaneidade e repetições (PRATT, 1999, p. 24).

A autora também apresenta o conceito de “zona de contato” que será usado para análise dos relatos de viagens. Podemos compreender o conceito de “zona de contato” como sinônimo de fronteira cultural, que para Pratt se baseia em uma perspectiva expansionista europeia (PRATT, 1999, p. 32), ela destaca as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais, pondo em questão como os sujeitos coloniais são constituídos. O conceito de “perspectiva de contato” também vai ser desenvolvido na produção desse trabalho. Visando é claro uma distinção entre os navegadores russos dos habitantes de Desterro, entende-se que não se pode aplicar o mesmo tratamento para os dois ambientes.

Uma “perspectiva de contato”, como destaca a autora, entende-se

a questão de como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com ou outros. Trata às relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e “visitados”, não em termos de separação ou segregação, mas em termos de presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, frequentemente dentre de relações radicalmente assimétricas de poder (PRATT, 1999, p. 32).

---

<sup>1</sup> Nesse trabalho vamos nos referir a eles como Adam Johann von Krusenstern e Urey Lisiansky. Formato que encontramos no livro de Paulo Berger, Ilha de Santa Catarina: Relatos de Viajantes Estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX.

Assim como Pratt, outra autora que trabalha com relatos de viagem é Miriam Moreira Leite. Ambas fazem um trabalho de pesquisa que busca apresentar as possibilidades e formas de expressão contidas nesse tipo de fonte. Através da análise retórica, o relato de viagem pode ter seus contornos e desdobramentos de acordo com cada atividade de pesquisa, Miriam Moreira Leite analisa a literatura de viagem com um enfoque na História Social<sup>2</sup>. Ao trabalharmos com relato de viagem com o enfoque na história social propomos a discussão sobre os estereótipos culturais e os preconceitos de classe ou questões raciais que encontramos ao longo da história.

Através dessa variedade de formas, o material extraído da literatura de viagem é praticamente constituído por dois tipos de informação: dados individuais (em descrições de uma pessoa ou situação determinada); dados coletivos: (em descrições ou comparações de agrupamentos, como dados a respeito de relações entre grupos e interpretações de cenas a acontecimento. Cada um desses tipos de dados exige interesse e acuidade de percepção de diferentes graus, bem como uma capacidade de abstração e generalização muito diversa (LEITE, 1984, p. 30).

O século XIX inicia um processo mais sistemático de estudo e pesquisa da flora, fauna, geografia e vida social no Brasil. As facilidades de acesso trazem ao país viajantes que descrevem o ambiente natural e a vida social. Algumas expedições se tornam célebres pelos seus resultados científicos e artísticos. Por exemplo, a expedição russa que pretendemos analisar; a expedição trouxe o barão, naturalista, explorador e médico Georg Heinrich Von Langsdorff, acompanhando o Almirante russo Johann von Krusenstern na viagem ao redor do mundo, realizada entre 1803.

Uma expedição também proporciona ensinamentos, a expedição russa por exemplo, como apresenta Olga M. Fedorova em seu artigo para a Revista *The Journal of Pacific History*, “enriqueceu a ciência com descobertas e pesquisas que ampliaram ainda mais os limites das ciências naturais e da geografia” (FEDOROVA, 2011, p. 384).

Seus estudos das correntes no sistema oceânico global, fenômenos das marés, densidade relativa, salinidade e temperaturas da água do mar, direção e força dos ventos e luminescência do mar inauguraram o amplo estudo do oceano e se tornaram a base da oceanografia - uma nova ciência composta. Os participantes da expedição estavam à frente de seu tempo em muitos aspectos, suas descobertas ainda agora tendo um valor extraordinário para a hidrometeorologia, o estudo da evolução do clima e a mudança de correntes nos últimos 200 anos.

Krusenstern e Lisiansky navegavam principalmente longe das rotas mapeadas e aspiravam em todos os lugares determinar com precisão a posição do navio e modificar os mapas disponíveis. Onde sua rota coincidiu com a de James Cook, George Vancouver, Jean-François La Pérouse, Etienne Marchand, Joseph-Antoine d'Entrecasteaux e outros marinheiros, Krusenstern sempre comparou os resultados da observação com os dados de seus predecessores e confirmou ou negou suas

---

<sup>2</sup> Para conhecer mais sobre a História Social: CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Cap. 2. p. 41-54.

conclusões. No Oceano Atlântico, Lisiansky comprovou a presença de contrafluxo equatorial (FEDOROVA, 2011, p. 384)<sup>3</sup>. Tradução nossa

A primeira circum-navegação russa preencheu os últimos "espaços desconhecidos" na parte norte do Oceano Pacífico. Os relatórios de viagens documentaram áreas não investigadas, portanto, as medições feitas durante a viagem têm grande valor para o governo russo e, também os dados de mapeamento da região foi utilizada por outros impérios.

Pensando no contexto das expedições científicas do século XIX, compreendemos que se faz necessária a construção de uma análise sobre a sociedade de Desterro na primeira década do século XIX através do olhar estrangeiro. Acreditamos que esses relatos têm muito a nos apresentar sobre a Ilha de Santa Catarina, sua natureza, seus habitantes e seu cotidiano. Também a partir da análise da historiografia produzida sobre os viajantes, buscamos discutir o olhar dos historiadores sobre eles e quais imagens que construíram ou não sobre Desterro a partir dos escritos dos expedicionários russos. Como destaca Stella Maris Franco (2011, p.161):

Penso que um olhar sobre a produção historiográfica mais antiga, permite avaliar o que certos trabalhos inaugurais apresentaram em termos de contribuições, bem como o que entendemos ser hoje os seus limites.

Com as descrições que os viajantes russos, produziram sobre a sociedade desterrense nas primeiras décadas do século XIX, buscou-se identificar “o lugar de enunciação, a cultura de origem e interesses particulares expressos no discurso do viajante” (FRANCO, 2011, p.161). O objeto do estudo são os relatos produzidos por Adam Johann von Krusenstern e Urey Lisiansky, capitães do *Nadeshda* e *Neva*, respectivamente. Esses viajantes saíram da Rússia com a missão de produzir um estudo para os futuros itinerários do Báltico para o Oceano Pacífico, que para o Império Russo seria de grande auxílio pois ajudaria a desenvolver o comércio de peles com o Império Chinês e o Japão.

Com base nos relatos das viagens de Adam Johann von Krusenstern (1803-4), Urey Lisiansky (1803-4), Georg Langsdorff (1803-4) e Vassili Golovnin (1808), procuramos expor que os relatos produzidos durante o reinado de Czar Alexandre I, descrevem uma sociedade

---

<sup>3</sup> Tradução da autora do trecho: “Its studies of currents in the global ocean system, tidal phenomena, relative density, salinity and temperatures of seawater, the direction and force of winds and sea luminescence inaugurated the wide study of the ocean and became the basis of oceanography — a new composite science. The expedition’s participants were ahead of their times in many respects, their findings even now having extraordinary value for hydrometeorology, the study of climate evolution and the change of currents over the last 200 years. Krusenstern and Lisiansky mostly sailed far from charted routes and everywhere aspired to determine precisely the position of the ship and to modify available maps. Where their route coincided with those of James Cook, George Vancouver, Jean-François La Pérouse, Etienne Marchand, Joseph-Antoine d’Entrecasteaux and other seafarers, Krusenstern always compared the results of observation with the data of his predecessors and confirmed or denied their conclusions. In the Atlantic Ocean, Lisiansky proved the presence of equatorial counterflow.” (FEDOROVA, 2011, pg 384)



humilde, com uma economia fraca e sem um comércio de base. Sem deixar de destacar aspectos como os habitantes, os escravos, a questão indígena, a pesca de baleias e, por fim, a economia, pretendo problematizar o que os navegadores russos escreveram sobre Desterro, buscando distinguir seu lugar social e político. Como destaca Nuncia Santoro Constantino (2012, p. 10): “É preciso considerar que tais relatos são sempre representações do real, imagens elaboradas a partir da visão de um sujeito”.

Os relatos que foram utilizados na elaboração desse trabalho estão compilados no livro *Ilha de Santa Catarina: Relatos de Viajantes Estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX*. A obra contém 20 relatos de viajantes estrangeiros que atracaram em terras desterrenses entre 1712 a 1828. A primeira edição foi publicada mediante o programa editorial do Poder Legislativo do Estado. Na apresentação inicial do livro, o então Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Waldomiro Colautti, nos informa que a impressão faz parte do projeto cultural que foi desenvolvido pelo Poder Legislativo, da qual a publicação dizia respeito aos interesses da comunidade. Paulo Berger foi o responsável pelo levantamento das fontes. Ao usar esse livro, que contém os relatos de viagens dos viajantes russos, não foi utilizada a versão original dos relatos e nem ocorreu uma verificação em relação à tradução.

Empregando a análise sociológica e histórica do historiador francês Roger Chartier, ao nos debruçarmos com esse relato específico, é necessário compreender os conceitos de representação, prática e apropriação. Tendo esses conceitos discutidos na obra *O Mundo como Representação*. Neste texto, Chartier mostra reflexões e abordagens possíveis acerca do discurso das representações e como ele se dissemina nos estudos sobre as diferentes abordagens<sup>4</sup>.

Chartier articula o conceito de representação social dentro do discurso da História Cultural. Para esse projeto usaremos a representação social como método de enfoque, o que nos interessa a respeito dos fenômenos humanos serem conhecidos e explicados a partir de uma perspectiva coletiva.

A história cultural, tem como principal objetivo “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17). É neste contexto que as representações sociais são inseridas. Suas preocupações são, entre outras coisas, temas como: as atitudes perante a morte, os comportamentos religiosos, as crenças, as formas de sociabilidade, as relações de parentesco, etc. Desta maneira, segundo Chartier, pode-se pensar uma história cultural que “tome por

---

<sup>4</sup> Para conhecer mais sobre a história das representações, ver mais em: CHARTIER, Roger. *O Mundo como Representação*. In: *Estudos Históricos*, São Paulo, IEA/USP. 1991.

objetivo a compreensão das representações do mundo social, que o descrevem como pensam que ele é ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19). As representações do mundo social seriam determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam (SANTOS, 2011, p. 34).

Com esse trabalho buscamos contribuir com o conhecimento sobre as representações construídas pelos viajantes russos sobre as condições sociais, econômicas e políticas da Ilha de Nossa Senhora do Desterro na primeira década do século XIX. Nos escritos dos viajantes é possível captar como eles observam os elementos culturais dos habitantes, a situação das defesas da Ilha, da economia e do comércio ou da falta dele, em um claro recorte de tempo e espaço. Os viajantes, em seus relatos, construíram imagens sobre como era a vida na Ilha de Santa Catarina dentro da condição de colônia portuguesa.

Nas críticas sociais feitas pelos viajantes-autores russos, é possível perceber aspectos das relações entre os habitantes: indígenas, mulheres e escravos. As diversas possibilidades de interpretação dos relatos podem ainda criar imagens estereotipadas a partir da percepção do outro. Para utilizar o olhar do viajante como fonte é preciso compreender o contexto em que ele foi produzido. Ou seja, é indispensável ter consciência de que vamos conhecer a vila de Desterro através da perspectiva de estrangeiros europeus.

Frente a estas colocações, o discurso sobre as possibilidades da representação com o auxílio da história cultural só é possível depois da segunda década do século XX, quando o campo da história cultural estava se estabelecendo com uma perspectiva histórica. A história social da cultura é uma atribuição da história que tem em autores como o historiador italiano Carlo Ginzburg que é conhecido como pioneiro no campo de estudos históricos sobre a micro história, por exemplo. Esse campo de estudos só é possível por causa da Escola dos Annales, esse movimento de possibilidades de pesquisa dentro da historiografia aconteceu na Europa no século XX e, não chega instantaneamente no Brasil. Como decorrência dessa análise através da história cultural não pode ser feita no artigo de Alfredo de Carvalho, publicado na Revista Trimestral Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina em 1915, quando ele usa os relatos para sua publicação. Carvalho não teve acesso a essas perspectivas, discutiremos mais sobre esse artigo no capítulo dois desse trabalho. Assim, com o campo da historiografia mais amplo, outras perspectivas de análises de discurso dos relatos de viagens são revistas durante o século XX por outros autores.

O próprio uso da literatura de viagem como fonte para a produção deste trabalho dialoga com uma extensa pesquisa sobre os usos dos relatos de viagens na produção

historiográfica, e escolher usar esses autores tradicionais visa uma discussão da produção que temos sobre a história de Santa Catarina e o uso das fontes históricas.

Portanto, esse trabalho tem como responsabilidade e relevância social mostrar as representações em torno do cotidiano da sociedade em Desterro no início do século XIX, e a presença constante de viajantes que fortaleceram a imagem da Ilha de Santa Catarina como uma importante vila portuária do Atlântico Sul.

Até então, Desterro era vista como uma região cuja população era esquecida pela coroa portuguesa, que a via apenas como útil para ocupar as terras e impedir ataques espanhóis ou de outros impérios. O papel que Desterro tinha para a economia da colônia não era relevante o suficiente para o interesse da Coroa Portuguesa. Essa afirmativa se faz relevante quando olhamos para as defesas da Ilha que os viajantes russos e outros autores já pontuaram que eram esquecidas pelo Império Português. O porto de Desterro e suas (im)possibilidades serão levantadas ao longo da pesquisa, pois é através dele que conhecemos nossos viajantes, e é o porto de Desterro que movimentou a economia da Capitania e do Império Português e de outras nações que vieram explorar as riquezas das novas terras.

Variados textos e artigos acadêmicos foram relevantes neste trabalho no auxílio à informações sobre o Período Joanino em Desterro: A decisão de colonização da região sul da colônia, a criação da capitania, a vinda de imigrantes açorianos, a implantação de armações para a caça de baleia, a vinda da família real, o bloqueio continental, a criação do Conselho dos Procuradores das Províncias (1822), a independência no Brasil, a elevação de Desterro à cidade, a criação do Conselho Geral de Província, instituído pela Constituição brasileira de 1824, esses últimos foram determinantes para que se criasse uma produção mais vasta sobre o período do Império na Capitania de Desterro.

No primeiro capítulo deste trabalho, nomeado “O Império Russo dos Viajantes”, vamos abordar principalmente o contexto do império russo que possibilitou a primeira circum navegação russa. Das quais podemos destacar as políticas internas dos Czares e a conexão com o Império Português por vias diplomáticas. Tratados entre Estado e sociedade russos também serão mencionados para que consigamos compreender o Império como um todo. Abordando principalmente como foi construído o projeto de exploração comercial do Pacífico Norte.

No capítulo 2, intitulado “A Historiografia Catarinense e o Uso dos Relatos dos Viajantes”, vamos discorrer sobre como os historiadores catarinenses se apropriaram do discurso dos viajantes para a produção da historiografia de Santa Catarina. Assim também,

como ocorreu a produção dessa historiografia buscando compreender a relação do Estado na produção dessa historiografia.

No terceiro e último capítulo, “Os Relatos dos Viajantes Russos e suas Representações Sobre Desterro”, vamos tratar dos relatos de viagens produzidos pelos russos. Eles escrevem sobre as defesas, sobre o comércio, realizando uma rápida síntese de como era a condição dos moradores e seus costumes, falando também sobre os escravos. Essas representações dos viajantes serão trazidas juntamente com um debate sobre esses assuntos específicos.

## O IMPÉRIO RUSSO DOS VIAJANTES

Há muito se conhece o sistema imperialista aplicado na América Portuguesa, na América Espanhola, na América Inglesa, na América Francesa e na América Holandesa. Mas quase não se conhece os esforços do Império Russo em controlar a região do Alasca durante o século XVIII. Desde a fundação dos assentamentos, a reivindicação da Rússia de ocupação no Alasca, foi estabelecido pelo governo russo que o Alasca era território russo e deles para explorar (BLACK, 2004, p. 79).

Observa-se que os portugueses que colonizaram o Brasil encontraram-se em um ambiente etno-cultural absolutamente diferente do europeu, os indígenas, de acordo com os cânones da Igreja, não tinham lugar nenhum na terra. A concepção foi aceita a princípio como uma prova segura de que os indígenas não eram humanos, mas uma espécie de animal, o que parecia ser uma justificativa suficiente para sua total submissão aos portugueses. Enquanto os russos, que conquistaram a Sibéria e avançavam para o leste, também derramaram muito sangue nativo. Mas o caráter desse avanço e suas relações com os nativos eram muito diferentes das encontradas na América Portuguesa. A Sibéria, Kamchatka, as Ilhas Aleutas e as costas do Alasca foram colonizadas pela Rússia durante um período de tempo relativamente longo e desconhecido para o restante do mundo. O interesse com esse trabalho é buscar compreender as motivações russas de explorarem o Oceano Atlântico para chegarem em Kamchatka. No caminho para a produção desse trabalho percebesse os interesses imperialistas e a visão do outro, sobre as diferenças culturais que foram encontradas e até certo ponto, forjadas para justificar uma inferiorização do desconhecido.

Alexei V. Postnikov em seu artigo, *Learning from Each Other: On a History of Russian-Native Contacts in the Exploration and Mapping of Alasca and the Aleutian Islands (Late Eighteenth-Early Nineteenth Centuries)*<sup>5</sup>, apresentado na Conferência “Meeting of Frontiers”, comenta que “os russos se adaptaram ao novo ambiente natural e étnico à medida que os costumes, ferramentas e ofícios nativos se tornaram até certo ponto seus.”<sup>6</sup> (Tradução Nossa). Usando do conceito de Chartier, acredito que dar visibilidade na historiografia sobre as colonizações na América como território para os imperialismos europeus nos ajude a compreender que não importa sobre qual bandeira, o processo colonial na América foi o processo de dominação europeia.

---

<sup>5</sup> POSTNIKOV, Alexei V. Learning from Each Other: On a History of Russian-Native Contacts in the Exploration and Mapping of Alasca and the Aleutian Islands (Late Eighteenth- Early Nineteenth Centuries). In: "MEETING OF FRONTIERS" CONFERENCE, 2001, Fairbanks: University of Alaska Fairbanks, 2001. Disponível em: <https://www.loc.gov/rr/european/mofc/postnikov.html>. Acesso em: 25 mar. 2021.

<sup>6</sup> Tradução da autora do trecho: “The Russians adapted to the new natural and ethnic environment as native customs, tools, and crafts became in some measure their own.” (POSTNIKOV, 2001).

A partir deste, o primeiro assentamento russo no Alasca acontece por volta da década de 1780, e acontece pelo sonho de Grigorii Shelikhov, que desde o início desejava que seus assentamentos no Alasca se transformassem em cidades, onde o comércio, escambo, o artesanato e a arte floresceriam, com todos os tipos de amenidades culturais, catedrais, ruas largas e praças espaçosas. Segundo Black, em várias cartas aos seus empregados, ele falou sobre o layout adequado das ruas e sobre a localização ideal dos edifícios, etc. Shelikhov também pediu para seus subordinados coletarem espécimes etnográficos para os museus na Rússia (BLACK, 2004, p. 111).

Em 3 de agosto de 1784, chegam no sudoeste da Ilha de Kodiak, próximo ao estreito que separa as ilhas de Kodiak e Sitkalidak. Segundo Black, dois navios entram na baía, hoje em dia conhecida como Baía dos Três Santos, onde estabeleceram o primeiro<sup>7</sup> assentamento russo permanente em solo americano. Esses navios estavam carregados de tripulantes que foram contratados para montar e proteger o assentamento. Houve confronto entre as forças russas e os nativos, com grande perda de vidas entre os nativos Aleutas que protegiam a sua terra. O primeiro ataque foi rápido e brutal, seguido por várias operações de limpeza e assaltos às forças nativas na Ilha de Kodiak em áreas afastadas ao longo dos anos seguintes (BLACK, 2004, p. 107).

Mas antes desse conflito, durante o verão de 1764 e o ano de 1765, os navegadores Solov'iev e Korovin atacaram aldeias Aleutas de Konets Head, que fica localizado na ilha de Unalasca, próximo ao estreito que separa Unalasca da Ilha de Umnak. Esse ataque entrou para a memória popular como o “tempo da destruição”, o início do fim da independência e da paz do povo Aleuta. A autora Lydia Black coloca que Solov'iev se tornou a encarnação da força destrutiva:

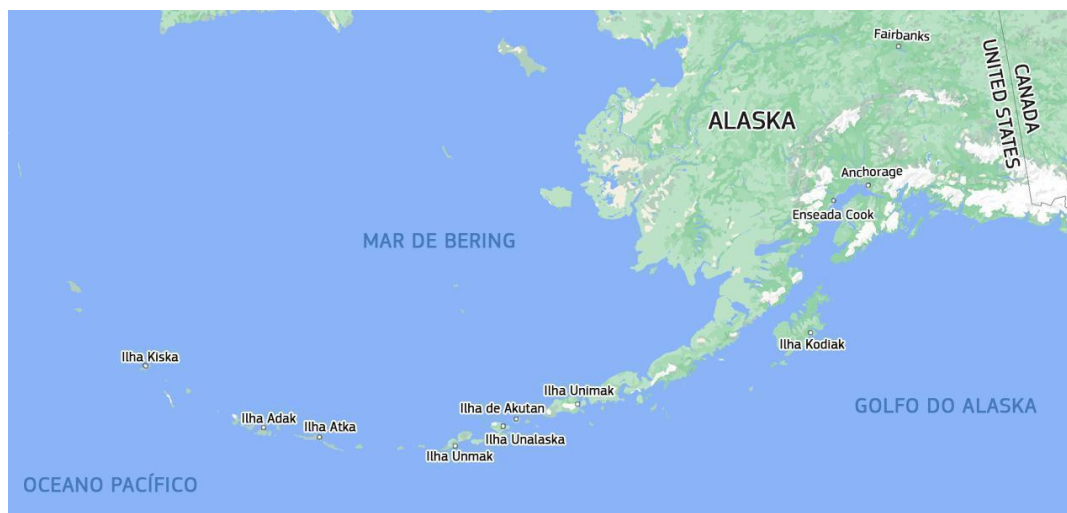
Mesmo que ele aparentemente agisse com alguma contenção e exercesse moderação, a maioria dos atos violentos cometidos pelos russos ao longo do tempo passaram a ser atribuídos a esse homem. As vítimas reais nunca serão conhecidas, embora os números dados na literatura sejam grosseiramente exagerados. Pelo próprio relatório de Solov'iev, de quarenta a sessenta homens aleutas foram mortos em confrontos armados. Este foi, de fato, um evento traumático, já que as aldeias aleutas privadas de seus homens fisicamente aptos, os provedores, não puderam sobreviver. Além disso, Solov'iev acreditava que o meio mais eficaz de subjugar os aleutas era destruir sua capacidade de fazer guerra; portanto, ele destruiu sistematicamente todas as suas armas: arcos e flechas, lanças, seus caiaques e grandes barcos. Sem eles, os aleutas não eram apenas impotentes na guerra, eles estavam desamparados diante da fome: seus meios de subsistência se foram. Os aleutas haviam vencido uma grande batalha destruindo navios russos e matando suas tripulações em 1763-1764, mas perderam a

---

<sup>7</sup> Em 1774, o porto de Illiuliuk ou Baía de Unalasca havia se tornado um posto permanente dos russos (BLACK, 2004, p. 107).

guerra. A política da terra arrasada de Solov'iev colocou a aliança política Umnak-Unalaska de joelhos.<sup>8</sup> Tradução nossa.

Imagem 1: Excerto de mapa da região das Ilhas Aleutas



Fonte: Arquivo pessoal

Os empenhos persuasivos que impulsionam às expedições navais do Império Russo começam com as conquistas de Pedro I e se desdobram nas medidas adotadas por Catarina II, este processo de expansão naval russa acompanha outras mudanças que aconteceram no Império durante o século XVIII.

Gwenn A. Miller em seu artigo *Russian Routes: From Kamchatka to Kodiak Island*, de 2005, aponta que a expansão naval russa se deu pelo empenho e entusiasmo de Pedro, o Grande. Entre as conquistas territoriais do Czar, mesmo reinando uma monarquia absolutista<sup>9</sup>, buscava fomentar a cultura fundando escolas pelo Império, sendo uma delas a Escola de Navegação. Cláudio Vicentino no livro, *Rússia: Antes e Depois da URSS*, informa que com a conquista de São Petersburgo (antiga terra dos suecos) o imperador fez de São Petersburgo

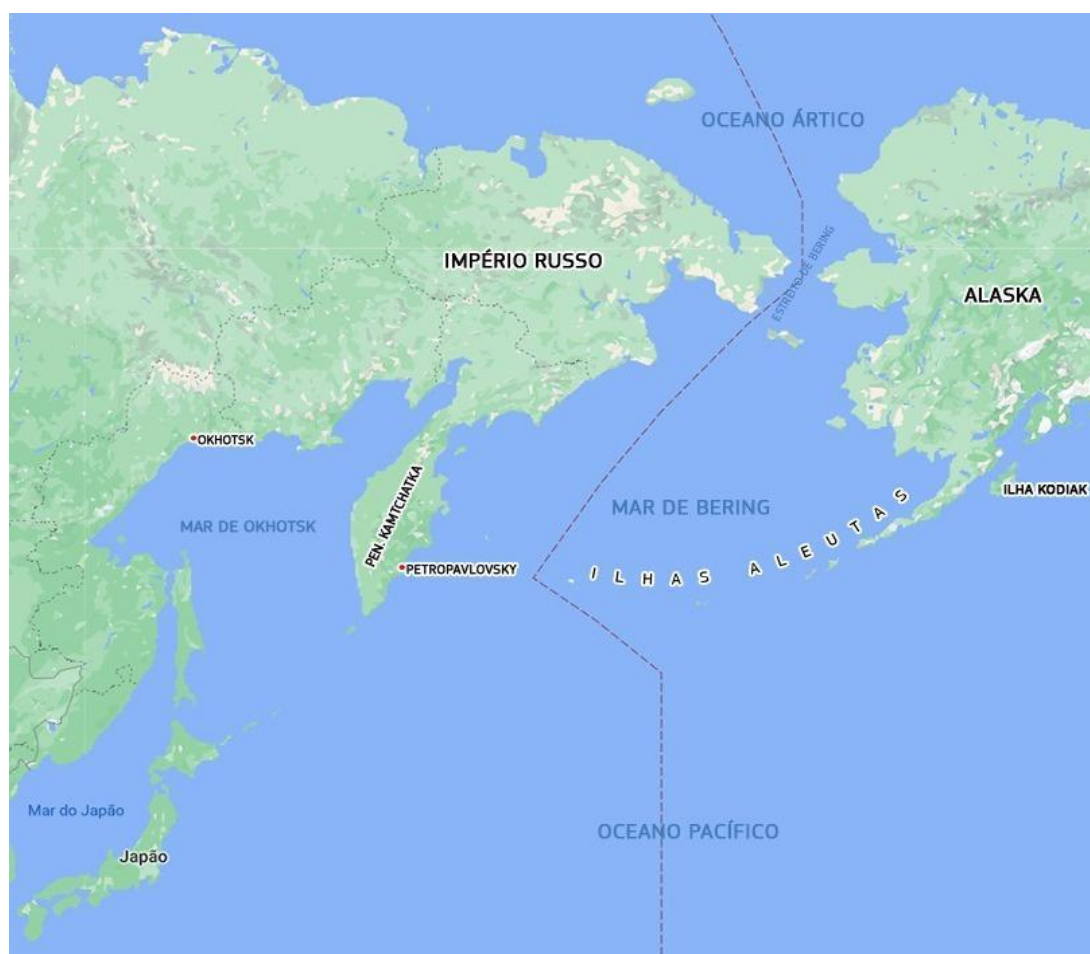
<sup>8</sup> Tradução do trecho “Even though he himself apparently acted with some restraint and exercised moderation, most of the violent acts committed by the Russians through time have come to be ascribed to this man. Actual casualties will never be known, though the figures given in literature are grossly exaggerated. By Solov’iev’s own report, from forty to sixty Aleut men were killed in armed confrontations. This was, indeed, a traumatic event, as Aleut villages deprived of their able bodied men, the providers, could not survive. More over, Solov’iev believed that the most effective means to subdue the Aleuts was to destroy their capability to wage war; therefore, he systematically destroyed all their weapons: bows and arrows, spears, lances, and their kayaks and large skin boats. Without these, the Aleuts were not only power less in war, they were helpless in the face of hunger: their means of subsistence was gone. The Aleuts had won a major battle by destroying Russian vessels and killing their crews in 1763–1764, but they lost the war. The scorched-earth policy of Solov’iev brought the Umnak-Unalaska political alliance to its knees” (BLACK, 2004, p. 89).

<sup>9</sup> Quando afirmo que o império russo ainda governado por uma monarquia absolutista, seria equivalente a dizer que o Czar (o imperador russo) governava sem limitação de poder, ou seja, sua autoridade era absoluta e o exercício de poder era baseado totalmente na sua pessoa.

uma capital marítima, o que abriria as portas russas para a Europa (VICENTINO, 1995, p. 32-33).

Durante a década de 1720, o czar Pedro, o Grande, iniciou e patrocinou com entusiasmo as expedições de Vitus Bering ao Oceano Pacífico Norte. O governante russo queria que Bering descobrisse se a costa leste russa de alguma forma se conectava à América do Norte e, em seguida, abrisse um caminho para a expansão russa naquela região remota, que despertou o interesse de tantos líderes europeus (MILLER, 2005). Tradução nossa.

Imagem 2: Excerto de mapa da região do Pacífico Norte.



Fonte: Arquivo pessoal

Elena Zhebit<sup>10</sup> relata que “a curiosidade do Imperador russo pela geografia, além de ser científica (ele sempre quis saber, por exemplo, se a península de Kamtchatka<sup>11</sup> estava ligada por terra ao continente americano), foi ligada a interesses estratégicos.” (ZHEBIT, 2009, p.

<sup>10</sup> ZHEBIT, Elena. Marcos da história das relações bilaterais Brasil-Rússia. In: ZHEBIT, Alexander (org.). **Brasil - Rússia: história, política, cultura**. Rio de Janeiro: Gramma, 2009. Cap. 2. p. 17-45.

<sup>11</sup> A Península de Kamtchatka está localizada na região oriental da Rússia, ficando a leste do mar de Okhotsk. É uma região importante para a economia russa pois fornece recursos florestais e agrícolas, ajudou a desenvolver a região da península e suas cidades litorais e promove as atividades pesqueiras na região.



18). O Império russo já demonstrava interesse no continente americano desde a época de Pedro I, e isso aflora ao longo do século XVIII e XIX.

Durante o reinado de Pedro I, foram instituídos no Império um sistema hierárquico e um novo princípio de serviço: eram considerados nobres somente aqueles que servissem o exército ou trabalhassem na administração pública, isso une nobres e cavaleiros em uma mesma estrutura política (ANDERSON, 1994, p. 340). Títulos como conde e barão foram trazidos da Dinamarca e da Prússia, e foram apresentados à aristocracia.

Devido as especificidades sobre as propriedades rurais do Império Russo, Perry Anderson (1994) informa que a classe fundiária desde o século XV era composta por dois grupos: os pomest'e e os votchina. Fundada no reinado de Ivã III, fazia parte dos primeiros fundamentos do absolutismo russo, e tinha o nome de sistema de pomest'e.

Os pomest'e eram da pequena nobreza e constituíam uma pequena propriedade com uma média de 5 a 6 famílias camponesas em seus serviços [...]. A concessão do pomest'e estava condicionada ao serviço periódico nos exércitos do monarca, sujeitos a um estatuto rigorosamente definido. Os pomeschiki eram soldados de cavalaria, armados de arcos e espadas para desorganizadas e confusas batalhas [...]. A maior parte das terras que lhes eram concedidas situavam-se no centro e no sul do país. [...] A típica votchina boiarda era um vasto domínio provido abundantemente de mão-de-obra escrava e de camponeses dependentes (a média no início do século XVII era de cerca 520 unidades domésticas) (ANDERSON, 1994, p. 329).

O historiador Angelo Segrillo, na sua tese, *Europa ou Ásia? A questão da identidade russa nos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas: elementos dos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e uma aplicação à análise da Rússia atual*, informa que essas mudanças na extinção das diferenças entre esses dois modelos de propriedades do Império, as votchina são extensões de terras que pertence aos indivíduos ou feudos hereditários, essas propriedades não tem nenhuma obrigação de serviço ao monarca e tem o direito a serem vendidos ou alienados); e as pomestie que são propriedade de terras de serviço a coroa ou feudo de serviço, em que os nobres recebiam, em caráter temporário, a terra em troca de serviços ao Estado). A partir de 1714, como coloca Segrillo, todas as terras seriam hereditárias e implicam serviço ao Estado. O objetivo de Pedro, como o autor expõe, com as reformas, era que não existisse nobreza ociosa na Rússia e que todos os nobres estivessem prestando serviço ao Estado e ao imperador (SEGRILLO, 2016, p. 10).

Houve algumas mudanças durante os séculos na administração do império russo, mas o que realmente importa para desenvolvimento deste trabalho é informar que durante o reinado de Pedro I ele, como aponta Anderson (1994) reúne esses dois grupos de proprietários de terras em um único modelo de propriedade hereditária da terra e faz com que a nobreza fique

ligada ao Estado por obrigações universais de serviços, a partir dos 14 anos, tanto no exército como na burocracia.

Uma das mudanças significantes nesse novo sistema é que os escravos eram concebidos como servos, que passassem a ser vinculados à pessoa e não mais às terras que cultivavam, isso faz com que esses servos pudessem ser vendidos por seus donos (ANDERSON, 1994, p. 340). Houve mudanças significativas para a Igreja Ortodoxa russa, que agora era subordinada ao Estado. E Pedro I reorganizou o sistema administrativo em governos, províncias e distritos, essa medida duplica o número de burocratas (ANDERSON, 1994, p. 341).

No reinado de Catarina II, a Grande (1762-96) foi que se instigou as possibilidades de expansão marítima pelo Império. As expedições da Marinha russa nas décadas de 1770 e 1780 consistiram para o amadurecimento da Marinha Real, e fizeram presença do Império nas Ilhas do Pacífico Norte e fez com que se percebesse o potencial da Península de Kamchatka e no extremo leste russo. O historiador Glynn Barratt, no livro *The Russians and Australia: Russia and the South Pacific 1696-1840*, confirma que na Península de Kamchatka, existia um comércio de peles para ser desenvolvido (BARRATT, 1988, p. 25). E segundo aponta Miller (2005), o comércio de peles acentua as relações coloniais no Pacífico Norte durante o final do século XVIII e início do século XIX<sup>12</sup>. June Namias (2005), em seu artigo *First meetings in the North Pacific: russians and “americans” in the aleutians* estabelece que as peles de lontra marinha forneceriam “ouro macio” para o mercado de peles russo com o comércio dentro do Império Chinês.

Perry Anderson (1994) pontua que Catarina II aspirava uma reputação europeia por seu iluminismo político, promulgando assim um novo sistema educacional, o que para Isabel de Madariaga, no seu artigo *The Foundation of the Russian Educational System by Catherine II*, a tornam a governante russa mais consciente da história do império russo, em decorrência das melhorias na educação<sup>13</sup>. Além disso, secularizou as terras eclesiásticas e fomentou o

---

<sup>12</sup> As primeiras regiões de extração de peles se deram nas Ilhas Aleutas, que eram habitadas pelo povo Aleuta, segundo Namias (2005) dificilmente eram terras virgens, os russos forçaram esse povo à servidão. No artigo *First Meetings in the North Pacific: Russians and “Americans” in the Aleutians*, Namias aponta que os aleutas eram o elo entre as criaturas marinhas que forneciam pele e a comercialização delas pelos comerciantes russos. Os homens caçavam os animais e as mulheres transformavam as peles em roupas e utensílios domésticos.

<sup>13</sup> Em 1782, Catarina II formou uma comissão de educação para estudar as informações reunidas sobre os sistemas de educação de vários outros impérios. O sistema que mais se destacou foi o de um matemático chamado F. Aepinus, que se mostrava a favor da adoção do sistema austríaco de educar todas as crianças ao mesmo nível. Além desta comissão, criou-se uma outra dedicada às escolas nacionais liderada por P.I. Zavadovsky. Esta comissão tinha o objetivo de organizar uma rede de escolas russas, formar professores e escrever livros de texto para as escolas. Em 5 de agosto de 1786, foi promulgado o Estatuto Nacional da Educação Russa. Este estatuto criou uma rede de liceus e escolas primárias que funcionavam a duas velocidades nas capitais de estado e que eram de frequência gratuita para todas as classes sociais livres, o que excluía os servos. Também exigia detalhadamente que os súditos fossem educados em todas as idades e o método de ensino

desenvolvimento mercantilista da economia russa. As mudanças culturais<sup>14</sup>, a expansão territorial e o empreendimento na ampliação da marinha fazem com que o seu reinado de seja constantemente comparado com o de Pedro, o Grande, pois é possível identificar as mesmas medidas expansionistas. Essas ações feitas pela czarina se manifestam no âmbito ideológico, econômico e cultural do império<sup>15</sup>.

As turbulências que o império russo passa ao longo do século XIX vão ao encontro das dificuldades impostas pelo próprio czarismo e das suas estruturas sociais típicas do Antigo Regime Oriental (VICENTINO, 1995, p. 42). A ênfase no poder absoluto concentrado pela czarina e do Estado e as próprias resistências das elites russas tornaram o processo de modernização e liberalização limitados dentro do Império (BERTONHA, 2011, p. 29). Como decorrência disso, podemos salientar que, devido a dominação do absolutismo russo, e esse poder exercido pelo Império, faz com que se estreite a ligação entre a czarina e a nobreza (VICENTINO, 1995, p. 38). O mesmo autor conclui que o reformismo peculiar de Catarina II fortalecia essa estrutura imperial, peculiar porque mesmo sendo conhecida déspota esclarecida mantinha o Estado absoluto e mantinha os privilégios tradicionais para a nobreza (VICENTINO, 1995, p. 38)<sup>16</sup>.

A estrutura do poder czarista está ligada diretamente à nobreza russa, em 1785, com a assinatura da “Carta de Concessão à Nobreza”, a autocracia russa estava isenta de impostos e do serviço militar, e o direito de julgamento exclusivamente por seus iguais. Enquanto isso a fronteira entre servidão e escravidão no império era muito tênue, os servos não tinham liberdade, às condições de vida eram extremamente difíceis para os trabalhadores (VICENTINO, 1995, p. 40-41).

Como se verifica no livro de João Fábio Bertonha, *Rússia: Ascensão e Queda de um Império*, o autor chama a atenção para a tendência expansionista russa. A Rússia, ao longo do século XVIII e XIX, incorporou as regiões próximas dos mares Negro e Cáspio, seja através de submissão voluntária, por exemplo, as conquistas de pequenos Estados nas Montanhas, a

---

que deveria ser adotado. Ver mais em Madariaga, Isabel de, ‘The Foundation of the Russian Educational System by Catherine II’, in *Slavonic and East European Review*, 57.3 1979, p. 369–95. Tradução nossa.

<sup>14</sup> Vicentino (1995) aponta essas medidas como relevantes na administração de Catarina II: Criação de universidades como a de Moscou, fundação dos Hospitais de Moscou e São Petersburgo, além de asilos e hospícios, e a iniciação da campanha de vacinação contra a varíola, edificação da cidade de Odessa e Sebastopol, a criação do parque industrial de minas e metalúrgicas. Essas ações feitas pela czarina se manifestam no âmbito ideológico, econômico e cultural do império.

<sup>15</sup> STITES, Richard. *A History of Russia: peoples, legends, events, forces: since 1800*. Boston: Cengage Learning, 2003.

<sup>16</sup> Anderson (1994) expõe que durante os anos em que Catarina II controlou o poder na Rússia, o volume das rendas monetárias pagas pelos servos cresceu, em determinados casos, até cinco vezes, um número enorme de servos do Estado foi entregue aos nobres mais importantes, para que ficassem sujeitos a um regime de exploração mais intensa.

sua fronteira foi sendo aumentada ao sul. A longa guerra com a Pérsia e com o Império turco entre 1783 e 1878 acabou acumulando novos territórios para o império russo (BERTONHA, 2011, p. 31).

Para melhor comparação, entre 1725 e 1789 o Império Russo conquistou territórios em todas as direções. No Leste, na península de Kamchatka, em 1740 foi fundada a base naval de Petropavlovsky. Em decorrência disso, o domínio russo cresce em direção ao mar de Aral e da Ásia Central. Todo esse processo de expansão chega na América, no Pacífico Norte, no caso russo, o território onde hoje é o Alasca. É importante destacar que o território do Alasca era explorado por caçadores de peles do Império. (BERTONHA, 2011, p. 29).

Bertonha (2011) acrescenta também que nos anos de reinado de Catarina II, ao mesmo tempo em que o Império se expandia ao sul<sup>17</sup>. Houve avanços também no Oeste. Assim como também ocorreu com o estado polonês, que foi partilhado entre o Império Russo, Austríaco e Prussiano, em 1772, 1793 e 1795.

Para explicar essa tendência expansionista russa na época czarista, temos que levar em conta não apenas os aspectos geopolíticos e a ideologia imperialista russa, inegável e que considerava direito e dever da Rússia se expandir pelo mundo. Também eram relevantes às ambições dos mais diversos monarcas, que ambicionavam os ganhos políticos e econômicos de uma expansão contínua, e a busca de outras vantagens econômicas (BERTONHA, 2011, p. 29).

No que se refere à busca do Império Russo pela posse de mais territórios, ele não era o único na Europa que buscava expandir sua base territorial: os Impérios inglês, francês, holandês e o português tinham suas colônias no além mar. O processo de expansão de fronteiras que acontece na Rússia, segundo Bertonha (2011), é quase natural, muitas vezes foi instigado pelo Estado e, frequentemente, posto em movimento pela iniciativa de comerciantes, nobres, caçadores, etc.

Observa-se então que o expansionismo russo tem suas especificidades, como o de se concentrar nas áreas adjacentes ao território já conquistado. O caso do Alasca e da Califórnia, segundo a antropóloga Lydia T. Black, em seu livro *Russians in Alasca 1732-1867*, houve a intenção de comerciantes de peles como por exemplo, Grigorii Shelikhov, em transformar a região do Alasca em colônia russa no além-mar e da região costeira da Califórnia, por parte de Pavel Sergeevich Lebedev-Lastochkin em serem transformadas em domínio russo.

A circulação de navios de comércio russos na região do Pacífico Norte durante a década 1770-80, chama a atenção dos espanhóis, que segundo Black, estavam preocupados com a violação de sua soberania na região (BLACK, 2004, p. 91), que hoje é o estado da

---

<sup>17</sup> Território dos turcos.

Califórnia, nos Estados Unidos. Os britânicos também estão relacionados com a região do Pacífico Norte, isso por que, eles buscavam por uma passagem noroeste ou nordeste entre o Atlântico e o Pacífico e também com a aproximação com o Japão (BLACK, 2004, p. 91).

Os espanhóis temiam que ingleses e russos formassem uma coalizão com o objetivo de tomar posse da costa noroeste da América. Bem à frente da realidade, os espanhóis acreditavam que os russos estavam estabelecendo assentamentos na Califórnia (BLACK, 2004, p. 91)<sup>18</sup>. Tradução nossa.

No ano de 1773, o vice-rei do México, Antonio María de Bucareli y Ursúa, recebeu ordens para enviar uma expedição à costa do território da Califórnia. Segundo Black (2004) foi a primeira de várias expedições espanholas às águas norte-americanas. A primeira expedição aconteceu em 1774 sob o comando de Juan Pérez, mas não foi além do paralelo 55°N de latitude<sup>19</sup>. Logo na sequência, em 1775, uma segunda expedição, que partiu sob o comando de Bruno de Hezeta e Juan Francisco de la Bodega y Quadra. Para essa expedição espanhola os comandantes tinham ordens para tomar posse do noroeste da América formalmente, em nome do rei da Espanha (BLACK, 2004, p. 91).

O almirantado britânico, também ciente da atividade russa no Pacífico Norte e no Oceano Ártico, em 1763 concedeu permissão ao tenente John Blankett para viajar à Rússia a fim de obter informações sobre suas descobertas no Pacífico. Em 1771, Blankett foi um dos autores de uma proposta apresentada ao almirantado britânico para buscar a entrada do Pacífico na Passagem Noroeste<sup>20</sup>. (BLACK, 2004, p. 91). Tradução nossa.

Com essa expedição britânica, se inicia o planejamento da terceira viagem do capitão James Cook, que dessa vez viaja para a região do Pacífico Norte e pelo Estreito de Bering, incorporando as propostas de Blankett para buscar a entrada na Passagem Noroeste (BLACK, 2004, p. 92).

O governo russo estava bem ciente dos planos britânicos. Eles sabiam dos interesses do embaixador nas ações da marinha russa e também se mantiveram bem informados sobre as atividades de seus rivais. Na verdade, acredita-se que os russos tenham alimentado desinformações aos embaixadores da Inglaterra, Espanha e França<sup>21</sup> (BLACK, 2004, p. 92). Tradução nossa.

Ainda sobre a pretensão russa nessa região, Black (2004) informa que às informações que a expedição de Cook possuíam estavam erradas. Sendo os mapas ou os documentos que

<sup>18</sup> Tradução da autora do trecho: “The Spanish worried that the British and the Russians would form a coalition with the objective of taking possession of America’s Northwest Coast. (BLACK, 2004, p. 91).

<sup>19</sup> Atualmente o paralelo 55°N não ultrapassa a região do Alasca que estão localizadas a Ilha Dall, Ilha do Príncipe de Gales e o sudeste do Alasca.

<sup>20</sup> Tradução da autora do trecho “The British admiralty, also aware of Russian activity in the North Pacific and the Arctic Ocean, in 1763 granted permission to Lt. John Blankett to travel to Russia in order to obtain information on their Pacific discoveries. In 1771, Blankett was one of the authors of a proposal submitted to the British admiralty to seek the Pacific entrance to the Northwest Passage” (BLACK, 2004, p. 91).

<sup>21</sup> Tradução da autora do trecho “The Russian government was well aware of the British plans. They knew of the ambassadorial interests in the doings of the Russian navy and also kept themselves well informed about their rivals’ activities. In fact, the Russians are believed to have fed misinformation to the ambassadors of England, Spain, and France” (BLACK, 2004, p. 92).

eles haviam conseguido dos russos não estavam totalmente corretas, as informações foram produzidas para enganar quem as usassem.

De forma geral, uma rota para o Pacífico impulsionaria o Império Russo a um comércio com os produtos tropicais na Ásia e na África. Os assentamentos e o controle de alguns portos eram importantes para o avanço naval na região. A Sibéria também desempenhava um papel, ainda que menor, mas também era importante para a estratégia russa de comércio no pacífico.

Namias (2005) aponta que a primeira expedição ultramarina do império russo foi “ambiciosa e ambígua”, algumas expedições que a coroa russa direcionou ao continente americano (Pacífico Norte), tiveram problemas com naufrágios, problemas de alimentação, falta de água potável, muitos marinheiros sofreram com escorbuto, etc. Mas muitos comandantes conseguiram atingir muitos de seus objetivos principais: mapear o território e provar a existência de outras comunidades no extremo norte da América. Como já foi mencionado, no início desse capítulo, um dos primeiros lugares que eles chegaram foi as Ilhas Aleutas, que fica localizada na península do Alasca.

Apesar das especificidades do Império Russo, não podemos dizer que o mesmo era diferente das outras nações europeias no que se refere à expansão marítima imperial. Os interesses econômicos, a busca por segurança e o desenvolvimento e a ideologia imperial ou, até mesmo, o pensamento geopolítico dos monarcas europeus se articula para fortalecer as ambições de expansão externa do Império.

Uma especificidade do imperialismo russo dentro do panorama imperial europeu do século XIX. Enquanto os países da Europa Ocidental criaram colônias de além-mar, mantidas em contato com a metrópole através da força naval, os russos optaram por uma política de crescimento em território contíguo ao que eles já possuíam, na Ásia e na Europa (BERTONHA, 2011, p. 29).

Como decorrência dos anos de Paulo I (1796 - 1801) à frente do império russo, manteve-se o centralismo administrativo e ampliou-se a repressão política, tanto de nobres russos como até da sua própria família imperial.

Na política externa, Paulo juntou-se à Inglaterra e à Turquia contra a França, Quando Napoleão invadiu o Egito, mas rompeu com os britânicos depois de opor-se ao seu domínio sobre a ilha de Malta, chegando então a aliar-se com Bonaparte, programando até a formação de um exército franco russo para atacar a Índia dos ingleses (VICENTINO, 1995, p. 43).

Boris Komissarov<sup>22</sup> em seu texto, *Início das relações russo-brasileiras*, apresenta que desde o início do século XVIII o Império russo comprava da coroa portuguesa grandes quantidades de mercadoria oriundas da colônia brasileira. Essa compra de produtos e

---

<sup>22</sup> KOMISSAROV, Boris. Início das relações russo-brasileiras. In: ZHEBIT, Alexander (org.). **Brasil - Rússia: história, política, cultura**. Rio de Janeiro: Gramma, 2009. Cap. 1. p. 3-16.

especiarias se dava em navios holandeses, alemães e ingleses (KOMISSAROV, 2009, p. 5). A América do Sul, como aponta Elena Zhebit no texto *Marcos da história das relações bilaterais Brasil-Rússia*, começa a ser discutida por políticos, cientistas, iluministas e, inclusive, poetas russos. A autora indica que tanto Catarina II como Paulo I tentaram manter a política expansionista de Pedro I, e colocaram como objetivo atingir relações com a América do Sul. Mas essa relação se estabelece através de políticas legais de boas relações.

Desde modo, os tratados de amizade entre o Império Português e o Império Russo são muito importantes para entendermos essa relação. Os dois Impérios assinaram o Tratado de Comércio em 1787 (D. Maria I e Catarina II), e em 1798, em São Petersburgo, foi celebrado entre D. Maria I e Paulo I da Rússia, que sucedeu a Catarina II, e propõem um novo Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre os Impérios. Sobre esse entrelaçamento entre os impérios Zhebit (2009, p. 19) observa que,

Um ano mais tarde, em 1799, em plena guerra entre a França e os participantes da segunda coalizão, a Rússia e Portugal assinaram outro documento de grande importância - o tratado de aliança defensiva, que previa, no caso defensiva da parte de um terceiro Estado, uma ajuda mútua.

Os interesses russos na América Latina emergem através dos interesses econômicos pelo desenvolvimento do poder marítimo russo e pelo intenso processo de modernização que o Império Russo passou no final do século XVIII. A mesma autora pontua ainda que,

A Rússia exporta para a Grã-Bretanha e outros países europeus várias matérias primas, produtos semimanufaturados e manufaturados; comprava seda, algodão, tintas naturais, açúcar, chá, café. Cerca de 30% do total da importação “tropical” vinha da América Latina. Açúcar, café, cacau e tintas foram produtos brasileiros. Esses produtos eram transportados em navios britânicos e portugueses para os portos europeus (ZHEBIT, 2009, p. 19).

Esse procedimento encarece os produtos, e justificava a vontade do império russo para estabelecer trocas comerciais mais diretas com o império português.

O estabelecimento desses tratados tinha o objetivo de instituir a cooperação na economia, do comércio e da navegação entre os dois países, tendo entre os dois Impérios uma aliança que estabelecia a paz definitiva. Os súditos dos dois Impérios também desfrutaram de plena liberdade de consciência e de crenças nos países que os recebessem. Para além disso, seriam estabelecidos nos dois Impérios dois cônsules-gerais, cônsules e vice-cônsules, que fariam respeitar os artigos estabelecidos nos Tratados. No que diz respeito às alfândegas, a Rússia reduziria as taxas à entrada dos vinhos portugueses e, Portugal em contrapartida,

reduziria os direitos da entrada do cânhamo, linhaça, óleo, ferro, artilharia e munições que chegassem por navios russos ou nacionais.<sup>23</sup>

Apesar de seu tamanho, o Império russo estava longe de ser uma potência realmente dominante. Em 1801, Alexandre I assume o Império, e então uma era mais liberal se inicia. Foi responsável por libertar diversos prisioneiros do reinado de Paulo I, pôs fim há anos de repressão oriundos do antigo imperador. Alexandre I foi conhecido por ter uma formação esclarecida, herdada de Catarina II, em 1803 decretou um novo sistema de educação pública, conhecido como Estatuto das Escolas (VICENTINO, 1995, p. 42).

A esse respeito cabe considerar que em 1803 também foi o ano em que a colaboração entre agentes da Companhia Russo-Americana e do Ministério do Comércio viabilizou na primeira circum-navegação-russa. As expedições russas pelo mundo no decorrer do início do século XIX fazem com que o comércio russo seja expandido com outros impérios pelo mundo, incluindo o português.

O projeto russo de comércio no Pacífico vem desde o século XVIII, o descobrimento e a colonização do Alasca é fruto desse empreendimento. Muito embora, era desejo do Estado russo fazer emergir novamente o comércio de peles na região da Península de Kamchatka e o Pacífico Norte. Esta região Península de Kamchatka está situada na costa leste e seria um excelente porto para o comércio com o Império Chinês e as Ilhas do Pacífico Norte. Os navios russos que iriam navegar nas águas transportam granéis e provisões para os assentamentos de Petropavlovsk e Okhotsk. Além-se que nessa região do pacífico ocorria a caça furtiva e comércio de peles no Norte (BARRATT, 1988, p. 28-31).

O comércio de peles dos russos é muito lucrativo para o tesouro real, os russos já manejavam as peles de zibelina<sup>24</sup>, urso e arminho<sup>25</sup>. Com esse comércio ele competiam com os mongóis e os chineses (NAMIAS, 2005), mas em 1741, marinheiros vindos da região do Alasca, traziam consigo amostras de peles de lontra do mar, que eram muito mais macias do

---

<sup>23</sup> Tratados Luso-Russos (1782-1789) in Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. Acesso em 24 de março de 2020. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/\\$tratados-luso-russos-\(1782-1789\)](https://www.infopedia.pt/$tratados-luso-russos-(1782-1789)).

<sup>24</sup> A zibelina (nome científico: *Martes zibellina*) é da classe de mamíferos, que é encontrado na Europa setentrional e partes do Norte da Ásia. O seu pelo é um dos mais valiosos para os produtores de pele. ver mais em ZIBELINA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Zibelina&oldid=53791538>. Acesso em: 10 dez. 2018.

<sup>25</sup> O arminho (*Mustela erminea*) é um carnívoro de pequeno porte. A espécie ocupa todas as florestas temperadas, árticas e sub-árticas da Europa, Ásia e América do Norte. A pele dos arminhos é considerada bastante valiosa, é a sua pele, especialmente a pelagem branca, a pele do arminho é aproveitada sobretudo para golas ou bordaduras de mantos e casacos. Ver mais em ARMINHO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Arminho&oldid=59257750>. Acesso em: 3 set. 2020.



que a pele de ursos, zibelina ou arminho. O interesse pelas lontras marinhas acabou se tornando tão intenso que levou os russos a cruzar o oceano até o Alasca (MILLER, 2005)<sup>26</sup>.

O Projeto Pacífico Norte foi planejado pelo Tenente James Trevenen (1760-1790) e se baseava em uma viagem de exploração, que pretendia estabelecer uma rota de navegação entre Kamchatka e o Japão e o norte da China, essa rota seria usada para o comércio de peles. Catarina II tinha conhecimento do projeto e tinha interesses para que acontecesse, mas quando Trevenen chegou a São Petersburgo no final de 1787, os planos da expedição foram interrompidos pela eclosão da Guerra Russo-Turca (BARRATT, 1988, p. 28-32.)<sup>27</sup>.

Em fevereiro de 1787 o Projeto do Pacífico Norte:

1) Almejava o reconhecimento da região de Kamchatka, e o fomento do comércio de peles com a América. 2) E também o comércio com a China, que levaria a mais opções de mercadorias e poderia significar mais possibilidades: 1. A possibilidade de comércio com o Japão. ...; 2. significava para a Marinha Russa uma educação marítima que daria aos marinheiros conhecimentos de clima e manobras. 3. Aumentaria a receita Imperial. . . .)<sup>28</sup> (BARRATT, 1988, p. 29). Tradução Nossa.

O conflito entre o Império Otomano e o Império Russo foi uma das causas para que a expedição demorasse cerca de 15 anos para acontecer. Era necessário ter uma frota disponível para tal empreendimento e a marinha estava ocupada na guerra. Como era uma viagem que o Império nunca tinha planejado antes, preparações deveriam ser tomadas. O roteiro da viagem não estava totalmente planejado, não se sabia se a expedição daria a volta na América ou na África. Essas decisões ainda seriam tomadas. Trevenen morreu em 1790 e o Império Russo teria que escolher outro capitão para conceber o projeto (BARRATT, 1988, p. 34-35).

Os planos para a circunavegação ficaram engavetados até 1801 quando o novo ministro da Marinha, Almirante Nikolai S. Mordvinov encontra relevância pelo projeto e o apresenta para o Chanceler e Ministro do Comércio conde Nikolai P. Rumiantsev. O interesse do Conde Rumiantsev seguia o plano imperial que evidenciava o empreendimento comercial e naval da expedição. Mas também a vantajosa empreitada do monopólio do comércio de peles. Era

---

<sup>26</sup> Em 1786 o Tenente James Trevenen escreveu uma carta para M. Pictet onde menciona que “and among others the fine furs we discovered on the Coast of America are carried thence to China and exchanged with great profit.” (BARRATT, 1988, p. 28)

<sup>27</sup> Durante o reinado de Catarina II o império russo e o império otomano tiveram vários conflitos questões territoriais, em 1783, a província da Criméia foi conquistada pelos russos e os turcos iniciaram um novo conflito que durou de 1787-1791, sendo novamente derrotados os turcos perderam a Bessarábia. O império russo passou a controlar toda a costa norte do mar Negro. Barratt afirma que os navios da marinha tiveram que suprir as regiões de conflitos.

<sup>28</sup> Tradução do Trecho: 1) the augmenting the consequence of Kamchatka and its value to Russia by increasing its commerce to America for furs. 2) A consequence of the first, the increase of trade with China. The accomplishment of these will open the prospect for others, secondary indeed, but no less important and by no means chimerical: 1. The opening a trade with Japan. . . ; 2. The creating an excellent nursery for Russian seamen by means of navigation which will make them acquainted with the varieties of climate and manoeuvre. 3. The augmenting the Imperial revenue. . . .” (BARRATT, 1988, p. 29)

importante para Rumiantsev que a Marinha Russa fosse considerada em todas as funções, desde a disputa<sup>29</sup> entre os interesses mercantis aos serviços navais (BARRATT, 1988, p. 44).

A Companhia Russo-Americana foi formada em 1799, era uma empresa comercial privada que representava os interesses no Império Russo e permitia o monopólio de todas as possessões russas na América do Norte. A Companhia, apesar de ser particular, estava sob o controle da corte russa (ZHEBIT, 2009, p. 20). A junção entre a Companhia Russo-Americana e o Estado Russo financiou a expedição de Krusenstern. Em 7 de agosto de 1802, o Almirante Mordvinov ofereceu a Krusenstern o comando do empreendimento russo no Pacífico Norte (BARRATT, 1988, p. 44).

Dentro deste contexto é que Adam Johann von Krusenstern e Urey Lisiansky, capitães do *Nadeshda* e *Neva*, respectivamente, saíram da Rússia com a missão de produzir um estudo para uma rota entre o Báltico para o Oceano Pacífico, que para a marinha russa ajudaria na expansão das relações comerciais na região do Pacífico Norte entre o Império Chinês e os japoneses.

Em decorrência, Elena Zhebit afirma que a expedição de Krusenstern colocava em evidência os objetivos geopolíticos de Alexandre I em relação ao aproveitamento das regiões da bacia do Pacífico. A experiência acumulada durante a primeira viagem de circunavegação de Krusenstern ajudou a traçar “uma nova direção da política expansionista russa ultramarina”. Zhebit (2009, p. 21) ainda pontua que o objetivo final se tornou muito mais ambicioso: conhecer melhor e explorar a América do Sul e o seu potencial comercial,

A América do Sul entrou nos planos da Companhia Russo-Americana como ponto estratégico para servir de ponte de comunicação entre a parte europeia da Rússia e suas colônias no pacífico. O Brasil foi considerado fundamental como entreposto para navios que contornam o Cabo Horn e para navios que se dirigiam ao Oceano Pacífico. (ZHEBIT, 2009, p. 21).

Durante o reinado do czar Alexandre I, 25 navios, sob o comando dos oficiais da marinha russa, navegaram até a América. Em 1803, o *Nadeshda* e o *Neva* chegaram ao porto de Desterro (ZHEBIT, 2009, p. 21). Vassili Mihailovitch Golovnin saiu de Kronstadt em 25 de julho de 1807, comandando a Corveta *Diana*, chegando em Desterro em 8 de janeiro de 1808, era mais uma viagem russa ao redor do mundo e tinha como um dos objetivos a exploração do Pacífico (BERGER, 1979, p. 211).

Vicentino pontua que na política externa, o czar Alexandre I restabeleceu a amizade com a Inglaterra, e em 1805, integrou a Terceira Coligação contra a França napoleônica (VICENTINO, 1995, 43). Em 1806, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, A. A

---

<sup>29</sup> Existia o interesse comercial de peles nessa região por parte da Companhia das Índias Orientais como a autora Lydia T. Black pontua em seu livro.

Budbergh, pede ao enviado da Rússia em Lisboa, I. Vassiliev, para que fosse solicitado ao ministro do exterior de Portugal a concessão do direito de comércio direto com o Brasil, usando os navios russos para o frete, afirma Elena Zhebit<sup>30</sup>.

Se o governo português não pode responder a esse pedido, insista para que ele, pelo menos, deixe os navios da Companhia Russo-americana, navegando entre a Kamtchatka e a América Russa, entrar nos portos brasileiros e lá comprar ou conseguir por meio de *barter* os produtos deste país. Nenhum esforço pode ser dispensado para adquirir essa concessão importante. (АВПРИ, Chacelaria, op. 468, d.6653, f. 17-19) (ZHEBIT, 2009, p. 22).

Esse arquivo, segundo Zhebit, tem uma rubrica importante de Alexandre I, “*БЫТЬ по чему*”, em tradução colocada por Zhebit significa “que assim seja!”. A esse respeito cabe considerar o interesse de Alexandre I para que o comércio entre os dois impérios acontecesse e se tornasse forte de forma contínua.

O esforço da diplomacia russa não teve o efeito desejado, e em outubro de 1806, Vassiliev informa Budberg que o governo português não tem interesse em conceder o direito do comércio direto com a colônia para os comerciantes russos. A Coroa Portuguesa não queria outras nações fazendo comércio direto com a sua colônia, fora que a metrópole sofria grande pressão por parte da Inglaterra<sup>31</sup> e os inúmeros tratados de comércio com a mesma (ZHEBIT, 2009, p. 22).

Vários elementos colaboram com a política diplomática russa no que diz respeito ao comércio exterior. Um empecilho para que a Rússia se destaque na economia europeia era Napoleão Bonaparte<sup>32</sup>. Em 1798-1799, cerca de 18 mil soldados russos, liderados pelo general Aleksandr Suvorov, apoiou os austríacos contra os franceses no norte da Itália (BERTONHA, 2011, p. 30)<sup>33</sup>. Na batalha de Austerlitz (1805) e de Friedland (1807) o exército do czar esteve presente contra as forças de Napoleão. Em Friedland às perdas foram tão grandes que levaram Alexandre I a assinar a paz de Tilsit<sup>34</sup> com a França (BERTONHA, 2011, p. 30).

<sup>30</sup> A autora usa uma fonte do Arquivo da Política Externa do Império Russo, um repositório de documentos da política externa do Império Russo. (Em russo: Архив внешней политики Российской империи). (ZHEBIT, 2009, p. 21-22).

<sup>31</sup> A economia do império inglês havia aumentado muito após a revolução industrial. Com a produção de seus produtos em alta, a Inglaterra precisava vendê-los a outros mercados fora da Europa, e às colônias da América Latina se mostraram um bom mercado para exportação. Sobre a influência do mercado inglês na colônia ver mais em Arruda, José Jobson de Andrade. **Uma colônia entre dois impérios**: a abertura dos portos brasileiros. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

<sup>32</sup> Bertonha (2011) expõe que os exércitos russos já haviam lutado contra a expansão napoleônica pela Europa.

<sup>33</sup> O czar Paulo I sobe ao trono em 1796, e se junta ao Império Inglês e ao Império Otomano contra a expansão territorial de Napoleão Bonaparte. O Czar enviou tropas para tentar ajudar seus aliados contra o domínio francês em seus territórios.

<sup>34</sup> O Czar Alexandre I, participou da quarta e da quinta coligações contra Napoleão, que resultaram em fracasso. A paz de Tilsit foi um acordo que pôs fim à guerra entre Napoleão I com a Rússia. O tratado tem esse nome pois foi na localidade de Tilsit, hoje Sovetsk, que ele foi assinado. Ver mais em ANDERSON, 1994, p. 345.

Tem-se, portanto, a adesão da Rússia ao Bloqueio Continental<sup>35</sup>, que afetou toda a economia nacional, o Império Russo tinha fortes relações comerciais com a Inglaterra, muitos comerciantes tiveram prejuízos, os problemas econômicos atraíram críticas e forte oposição dentro do Império (VICENTINO, 1995, p. 44).

Sob este prisma, Komissarov (2009, p. 6) expõe que o Império Russo começa a procurar novos mercados de vendas e fontes de mercadorias coloniais, onde a Companhia Russo-Americana já atuava. O conde Rumiántsev, que era ministro do Comércio e ministro dos negócios estrangeiros, priorizou as relações comerciais com o Brasil.

A expedição a bordo do *Diana* foi, ostensivamente, uma viagem de abastecimento, pesquisa e descoberta nas águas do Pacífico Norte. No entanto, Golovnin percebeu que o Ministério da Marinha russo possuía um interesse em especial, demonstrar a hegemonia da frota russa e sua eficácia no mar e no comércio entre a Ásia e a Costa Noroeste (BARRATT, 1988, p. 65).

A tensão política no continente europeu era tensa quando Golovnin partiu de Kronstadt. No dia 25 de julho de 1807 comandando a corveta *Diana*, ele inicia sua viagem expedicionária ao Pacífico Norte. Não se supunha, no entanto, que os eventos fossem mover-se tão rapidamente que afetaria a missão do Almirante Golovnin. Segundo Zhebit, a assinatura do Tratado de Tilsit e o envolvimento russo no bloqueio continental contra os britânicos prejudicou muito o comércio e as finanças russas.

Interromperam-se as tradicionais ligações econômicas russas-inglesas, cessaram a exportação para a Inglaterra de cereais e de ferro russos e a importação dos produtos tropicais, feita via Grã-Bretanha. Nestas condições, a Rússia tentou entrar em novos mercados, inclusive no continente sul-americano, onde já atuava com certo sucesso a Companhia Russo-Americana (ZHEBIT, 2009, p. 21).

Em janeiro de 1808 a expedição comandada por Golovnin chegou em Desterro. Nesse mesmo ano houve a mudança da corte portuguesa para a Colônia, em seu relato o Almirante Golovnin descreve às mudanças que ocorreram na administração da Colônia, houve alterações na reorganização das instituições internas, no comércio como pontua o almirante “antes interditado a todos os povos, excetos aos portugueses, abriu-se logo aos ingleses” (BERGER apud GOLOVNIN, 1979, p. 215). Tem-se deste modo, o interesse inglês pelos produtos tropicais da Coroa Portuguesa assim como o interesse russo. A situação que se encontrava a Europa fez com que o Conde Nikolai Rumiántsev (ministro do comércio russo e ministro dos

---

<sup>35</sup> Em 1806 a França, com o objetivo de deslocar a influência da Inglaterra, decreta o bloqueio continental ao país, o que proibia as nações europeias de comercializar qualquer produto com os ingleses, objetivando assim atingir a economia inglesa e isolar a ilha. Ver mais em SCHWARCZ, Lilia Moritz. A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa até a Independência do Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 2002. p.194.

negócios estrangeiros) priorize relações econômicas com o Brasil, como coloca Komissarov (2009, p. 6).

As viagens expedicionárias de Adam Johann von Krusenstern, Urey Lisiansky e Vassili Mihailovitch Golovnin foram extremamente trabalhosas, a primeira expedição demorou quase 30 anos para sair do papel. A segunda aconteceu em decorrência da primeira. A explanação feita neste capítulo é considerada importante para que conheçamos um pouco sobre os interesses russos na economia global, que é um dos motivos da parada dos russos em solo desterrense. Podemos dizer então, que os russos tinham interesses econômicos em outras terras e a sua expansão para o Pacífico Norte está diretamente ligada à exploração de peles no Alasca.

Para o Império Russo o empreendimento das expedições marítimas significava o desenvolvimento de frotas, o conhecimento geográfico e a expansão da sua economia no Pacífico, que permitiria que o Império estivesse envolvido no comércio de peles da região. E poderia expandir esse comércio com as regiões da América conhecidas e outras regiões orientais. Assim como já se mostrava o interesse em produtos tropicais, a assinatura do Tratado de Amizade aproximava mais a economia dos dois impérios. A chegada da primeira circum navegação russa na Ilha de Desterro acontece em meio a questões políticas na Europa e na Colônia, o Almirante Krusenstern informa já no início do seu relato que pretende ficar o mínimo possível mas descobre-se que os mastros do navio Neva estavam com problemas, a estadia dura algumas semanas, o que possibilitou um período mais longo de “socialização” com a população local, e às observações dos viajantes-autores se tornam uma fonte importante sobre as representações sobre a Ilha de Desterro no século XIX.

## A HISTORIOGRAFIA CATARINENSE E O USO DOS RELATOS DOS VIAJANTES

Os relatos que os viajantes estrangeiros apresentam sobre o litoral catarinense servem para elucidar a imagem que foi construída do Brasil Colônia para os europeus. O historiador Reinaldo Lindolfo Lohn, em sua obra *O naufrago e o sonho: Aleixo Garcia e o imaginário da conquista*, de 2004, fala que desde a chegada de Colombo, a obsessão por encontrar o reino de Eldorado havia alimentado as esperanças de inúmeros conquistadores (LOHN, 2004, p. 34). Esse mito remete aos tempos de conquista do continente americano, serve de plano de fundo para as questões de propaganda, a coroa portuguesa encontrou no Brasil um ambiente ecológico muito atrativo como o solo fértil, muita cor na fauna e na flora fez com que o território colonial do Brasil se refletisse na literatura que chegava na Europa: é reconhecido pela sua flora e fauna, um lugar de natureza mística, como coloca Lohn. E esse imaginário é perceptível, destacados por Lohn, aparece na leitura dos relatos dos viajantes russos. Em determinado momento Lisiansky afirma em seu relato que: “líamos nos contos de fadas, da existência dos jardins encantados, guardados de serpentes e outros monstros venenosos; um reconhecimento desta ilha nos leva a dar crédito a tais maravilhas.” (LISIANSKY apud BERGER, 1979, p. 162). A tripulação russa se viu encantada com a paisagem, como

o clima é suave e sadio e, enquanto nosso olfato se deleita com os perfumes que o embalsamam, o ouvido, em tranqüilo êxtase, escuta o gorjeio de números pássaros que parecem ter escolhido este bonito lugar para moradia (LISIANSKY apud BERGER, 1979, p. 162).

Esse trecho é um dos vários pedaços que nos relatos, os autores elogiam os encantos da natureza que os circula.

Ao ler esses viajantes, resta-nos constatar o que já vinha sendo anunciado desde o início do texto: que o Brasil é, desde o Renascimento, um mito ambíguo para os franceses, ponto de partida de crítica à moral da civilização europeia, pelo fato de oferecer o espetáculo da superioridade do homem natural. Mito de um mundo novo, que deve ser preservado, mas, ao mesmo tempo, um mundo primitivo, que precisa ser civilizado... (MELLO, 2010, p. 150).

A ancoragem em Desterro em primeiro momento, se dá pela sua localização, e se sucede ao porto seguro para a parada de vários navios ao longo da exploração da América e de expedições pelo Cabo de Hornos.

A colonização do litoral pelos açorianos<sup>36</sup>, idealizada com o enfoque de povoar a região para prevalecer o domínio português até a bacia do Rio da Prata, favoreceu uma proficiência no uso do oceano e da terra para consumo próprio como também para o abastecimento de navios que precisassem de insumos para a tripulação. De acordo com o que percebemos das obras de historiadores catarinenses, podemos visualizar uma justificção da evolução da Vila

---

<sup>36</sup> A presença açoriana em Desterro será discutida no Capítulo 3.

de Desterro, sobretudo, usando o comércio e a navegação como forma de progresso e desenvolvimento da Vila.

Desde modo, ao conhecermos mais sobre a história de Santa Catarina podemos apontar o enfoque “tradicional” sobre o processo de fundação do povoado, a construção da Vila, referências sobre os primeiros edifícios oficiais e a construção das habitações.

Para analisar esses autores foram essenciais às produções da nova história de Santa Catarina, como as pesquisas das historiadoras Maria Bernadete Ramos Flores, Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff e Beatriz Mamigonian e dos historiadores Henrique Espada e Reinaldo Lindolfo Lohn.

Sobre essas abordagens “tradicionais”, cabe destacar as colocações da historiadora Cristina Scheibe Wolff,

Esta abordagem da historiografia catarinense está muito próxima daquela abordagem tradicional traçada por Burke. Além da grande importância dada à política e aos *grandes homens*, esta historiografia está adequada a todos os outros pontos levantados pelo autor: é uma história *vista de cima*, pretende-se objetiva, utiliza principalmente fontes oficiais escritas, atém-se basicamente a uma narrativa dos acontecimentos e às atuações individuais dos *grandes homens*. (WOLFF, 1994, p. 55). Grifo da autora.

O artigo sobre a historiografia catarinense elaborado por Cristina Scheibe Wolff, identifica e distingue a existência dos grupos principais na historiografia catarinense e contribui para a distinção da nova história, anos 1980 - aos dias atuais, da história tradicional. Esse artigo produzido por Wolff é importante também porque faz uma ressalva sobre o modo de produção historiografia tradicional:

É preciso fazer uma ressalva bastante grave, embora não se aplique a todas as obras citadas, quanto à citação das fontes utilizadas. Apesar de muitas vezes apenas narrarem os acontecimentos, especialmente às obras mais gerais, quase sempre deixam de citar as fontes utilizadas e os arquivos nos quais poderiam ser encontradas, dificultando bastante o trabalho de verificação e de aprofundamento do estudo. Esta forma narrativa, que omite as fontes e gera a impressão de um conhecimento verdadeiro e único, faz parte do modelo de história tradicional já descrito e contrasta vivamente com as novas formas narrativas a que nos referimos posteriormente. (WOLFF, 1994, p. 55).

Nesse caminho, problematizando a produção historiográfica e o próprio uso da literatura de viagem como fonte para a produção do conhecimento histórico, este trabalho dialoga com uma extensa pesquisa sobre os usos dos relatos de viagens na produção historiográfica. Para tanto, escolhemos ler esses autores tradicionais, buscando contribuir com o debate sobre a produção que temos sobre a história de Santa Catarina e o uso das fontes históricas.

Sobre os documentos utilizados por pesquisadores “tradicionais” a respeito da capitania, podemos destacar que são utilizados especialmente memórias políticas e documentos oficiais

dos arquivos do Estado. As memórias políticas, por exemplo, fazem parte do processo historiográfico da Capitania, um dos textos mais notáveis nessa categoria é a obra de Paulo Jose Miguel De Brito *Memória Política Sobre a Capitania de Santa Catharina*. Esse livro foi produzido no Rio de Janeiro, no ano de 1816, mas foi somente publicado em Lisboa em 1829, uma década depois de ser escrito.

Nessa obra, Brito faz uma investigação detalhada sobre a Capitania, ressalta-se aqui que o autor usou as fontes que estavam disponíveis na época (1816). Constituindo-se com o enfoque histórico e geopolítico, aflorando às vezes algumas considerações de natureza sociológica e que podem trazer elementos importantes para compreender o contexto social e econômico da Ilha de Santa Catarina. Sobre a obra de Brito, em sua tese o historiador Marlon Salomon coloca que a Memória Política de Brito:

Trata-se então, de mapear problemas e estabelecer direções; problemas, que dizem respeito ao “estado de decadência” em que ela se encontra; direções, que concernem aos melhoramentos que se fazem necessários. Tanto a sua causa como a falta de soluções se deve, segundo Brito, à ausência de “medidas administrativas” (SALOMON, 2002, s/n).

Nesse momento a obra de Paulo Jose Miguel de Brito informa sobre um “estado de decadência”, leva-se em consideração as medidas administrativas portuguesas. Em 1816, a colônia já vivia com a corte portuguesa, e como veremos mais adiante que segundo os relatos dos capitães russos, a má administração já estava ocorrendo há alguns anos.

Durante a pesquisa constatamos o interesse da historiografia catarinense sobre as condições da Capitania a partir do ano de 1850, existe uma maior quantidade de obras sobre como era a vida na província de Santa Catarina e as práticas das diversas populações que residiam em Desterro.

Também é importante destacar que, com o advento da república 1889, e a adaptação do novo regime político, dentro do setor político catarinense houve intervenções e mudanças que podem ser visualizadas pelo território catarinense, algumas delas foram bastante impactantes. E em 1894 José Boiteux havia sugerido a criação de um Instituto Histórico e Geográfico. Podemos afirmar que a idealização do instituto era reforçar a identidade estadual ou o sentimento de pertencimento à nação neste momento, era necessário criar a história de Santa Catarina e transmiti-la à população. O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina não saiu do papel até 1896 (MACHADO, 2018, p. 20-21).

A intenção do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina expressa nos seus objetivos é de "coligir, organizar, redigir e publicar todos os dados existentes e necessários para a elaboração da história e da geografia do estado". Alinha-se, então, as intenções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 que, na época imbuía-se no propósito de escrever a História Nacional, tendo as províncias a



função de contribuir para isto, coletando documentos que comporiam a História da Nação Brasileira (SERPA, 1996, p. 64).

Nesse momento, entendia-se que deveria existir uma produção acerca da história e também da geografia catarinense, e que a produção desse conhecimento contribuiria para a solidificação do governo estadual. Machado (2018) expõe que às informações cedidas pela história e geografia de forma prática feita tem a finalidade de desenvolver as riquezas do estado e unificar as regiões separadas tanto fisicamente quanto culturalmente.

No que tange ao desenvolvimento moral e intelectual, também podemos traçar uma relação entre o IHGSC e o poder público. De acordo com Élio Serpa, é possível afirmar que durante os primeiros anos, o IHGSC esteve comprometido com a construção de uma identidade catarinense, necessária para dar unidade ao território. Era do interesse governamental criar seus mitos e seus heróis, assim como educar seus habitantes a reconhecê-los a fim de instaurar os modelos que seriam utilizados neste propósito (MACHADO, 2018, p. 33).

Muito embora, o Estado de Santa Catarina é uma unidade política marcada por grande heterogeneidade cultural e histórica entre suas diversas regiões. Portanto, não é de se espantar que a tentativa de se criar uma historiografia, que diga respeito a este Estado como um todo, prenda-se bastante à descrição de sua trajetória política (WOLFF, 1994, p. 55).

Sob esta perspectiva é que Alfredo de Carvalho publica na revista do IHGSC em 1915, um artigo sobre a visita russa a Santa Catarina em 1803. A narrativa dos marinheiros russos é usada em um artigo que utiliza boa parte do relato de Krusenstern, Lisiansky e outro tripulante muito importante para a história do Brasil: o barão, naturalista, explorador e médico Georg Heinrich Von Langsdorff. Alfredo de Carvalho escreve seu artigo utilizando como base a escrita dos viajantes russos. Em síntese, o autor escreve sobre a expedição e acrescenta alguns apontamentos sobre a capitania. No artigo, notamos passagens sobre a escravidão na Capitania, os indígenas, que Carvalho (1915) informa que “alli chamados de *gentio bravo* ou *caboclos*” (grifo do autor), sobre o clima, sobre a condição sanitária da população, doenças, e entre outros assuntos; sempre entrelaçado com o que estava exposto nos relatos dos russos. Carvalho também adiciona comentários com base na obra de Paulo Jose Miguel de Brito de 1829.

A esse respeito cabe considerar a relação entre política e história, o instituto em sua criação, segundo Janice Gonçalves “pode ser pensado como um dos instrumentos de acomodação das tensões e, simultaneamente, de legitimação de novos agentes na arena política.” (GONÇALVES, 2006, p. 97). Isso porque os membros seriam desde engenheiros,

médicos, professores, desembargadores, jornalistas, senadores, funcionário público estadual e federal, entre outros, mas nenhum historiador. Esse fato se dá pela falta do curso superior em História em Santa Catarina. Em sua tese de doutorado de Janice Gonçalves *Sombrios Umbrais a Transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*, a autora fazendo referência ao 1º Congresso de História Catarinense que ocorreu em 1948, entre eles estavam presentes os membros do IHGSC, ela pontua que “O germe da Faculdade Catarinense de Filosofia - e, conseqüentemente, do primeiro curso de graduação em História de Santa Catarina - estaria ali” (GONÇALVES, 2006, p. 33).

Neste mesmo propósito, levantamos o entendimento que no IHGSC para se fazer história não necessariamente precisava cursar história, e é aí que se cruzam política, jornalismo e história no processo de criação do Instituto. Gonçalves nos informa que IHGSC era político, porque era mantido pelo governo e seus membros tinham relações políticas com as elites que controlavam a estrutura do Estado Catarinense. Segundo a autora, o Instituto procurou e frequentemente recebeu o apoio do governo do Estado, algo provavelmente facilitado pela circunstância de vários governantes pertencerem aos quadros da entidade<sup>37</sup>.

Para a realização dessa pesquisa usaremos dois autores associados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Fernando Piazza. Falar sobre a história de Santa Catarina e não citar as obras desses autores seria um enorme erro de construção para esse trabalho, na visão da autora é admirável o trabalho de catalogação que ambos os autores fizeram para desenvolver obras complexas sobre a história do Estado. Cabe mencionar, ainda, que muitos dos documentos que Piazza e Cabral analisaram foram perdidos por má condição dos espaços que estes estavam armazenados<sup>38</sup>. Portanto, destaco a importância da pesquisa que os dois historiadores têm para a história do Estado.

Em nosso trabalho, vamos analisar os trechos desses autores em que utilizam os relatos de viagens para a elaboração de suas narrativas e as escolhas e recortes que realizaram. As obras selecionadas auxiliam na construção da história da capitania através dos documentos sobre elementos políticos e sociais que ambos os autores dispunham.

Sobre as condições de produção desses trabalhos, bem como as formas de sua disseminação serão levantadas ao longo da pesquisa, buscando apresentar o momento histórico da escrita dos livros.

---

<sup>37</sup> GONÇALVES, 2006, p. 99.

<sup>38</sup> A tese da professora Janice Gonçalves, *Sombrios umbrais a transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*, fala sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, na leitura conhecemos sobre como nasceu a historiografia sobre o Estado, e em quais condições o acervo se encontrava.

O historiador Oswaldo Rodrigues Cabral<sup>39</sup> é responsável por uma extensa lista de obras sobre a história de Santa Catarina<sup>40</sup>. Das obras de Oswaldo Cabral utilizaremos aqui: *História de Santa Catarina* (1970); *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia*; *Nossa Senhora do Desterro, Memória e Notícia* (1979). Estes últimos trabalhos, permite que o leitor consiga visualizar como os acontecimentos da Capitania estão ligados, ele organiza por assunto/tema e não em uma edição baseada na cronologia.

Nessas obras estão dispostos fragmentos retirados dos relatos de viagem da expedição de 1803. Nesses segmentos o autor apresenta os relatos para validarem os argumentos presentes no decorrer dos capítulos.

No livro *História de Santa Catarina*, publicado em 1970, o autor faz menção a expedição russa, trazendo o relato de Krusenstern mesclado ao relato do naturalista Langsdorff. Cabral não usa mais do que meia página desse livro para descrever o que os viajantes relataram, encontra-se aqui os comentários sobre o tipo de moradia, a amabilidade dos moradores e como as famílias costumavam-se reunir para conversar, cantar e dançar. (CABRAL, 1970. p. 90).

O que mais chama a atenção é sobre o parágrafo dedicado às mulheres, roupas e escravos: “Às mulheres eram bonitas faceiras, muito sociáveis e conversando com desembaraço. Vestiam-se à moda europeia os brancos, andando os escravos seminus” (CABRAL, 1970, p. 90).

O comentário acima está inserido no relato de Langsdorff, que está escrito assim:

As representantes do sexo feminino não são feias e entre as mulheres de classe mais alta estão algumas que, mesmo na Europa, teriam motivos para se firmarem como beldades. Na maioria são de estatura média, bem constituídas, de cor castanha (“basané”), se bem que algumas são muito claras, tem fortes cabelos pretos e olhos escuros e sensuais; acresce-se que o belo sexo recebe com muita gentileza os hóspedes e, em geral, não vive retraído ou confinado como na própria terra natal, Portugal, onde as damas vivem, durante o ano inteiro enclausuradas, ou se escondem por detrás das portas e espiam o visitante pelo buraco da fechadura ou pela fenda da porta. Tão sem importância que possa parecer tal observação, não faltam pequenas intrigas de amor que se espalham aqui. Presente europeus, mesmos os mais insignificantes como fitas, brincos, etc., são gratamente recebidos. O vestuário de ambos os sexos é europeu considerado que todo ele é constituído de fazendas finas e leves, portanto, usa-se com muita frequência musselina, o linho, o nanquim e fina seda (LANGSDORFF apud BERGER, 1979, p. 174).

Esse pedaço do trecho do relato de Langsdorff por si só daria para fazer uma análise de

<sup>39</sup> Ver mais em: OSVALDO RODRIGUES CABRAL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipédia Foundation, 2019. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Oswaldo\\_Rodrigues\\_Cabral&oldid=55452326](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Oswaldo_Rodrigues_Cabral&oldid=55452326). Acesso em: 10 jun. 2019.

<sup>40</sup> O autor Oswaldo Rodrigues Cabral tem obras completas sobre os diversos momentos da história política e administrativa da Capitania, assim como Walter Piazza que é outro nome muito importante sobre história de Santa Catarina.

gênero profunda, quando digo gênero me referi a uma reflexão sobre a condição das mulheres em Desterro, mas Cabral não explora nada disso, pegou apenas alguns detalhes, e vale lembrar que apenas o relato de Langsdorff tem inúmeros aprofundamentos sobre o cotidiano da Vila de Desterro.<sup>41</sup>

Outro assunto não analisado pelo historiador, é a questão da mão de obra escrava. Sabemos que às condições dos escravos nas colônias eram insalubres, e em determinado momento no relato de Langsdorff comenta sobre a situação dos negros:

A quantidade de escravos negros de ambos os sexos que se vêem aqui é estranho aos olhos desacostumados de um europeu qualquer. Despertou-me uma revolta especial quando vim pela primeira vez a Nossa Senhora do Desterro e vi um grande número destas criaturas abandonadas, nuas, deitadas frente às portas de ruas laterais e oferecidas à venda. Apenas as regiões púbias estavam cobertas com o velho pano rasgado que após alguns dias eram substituídos por um grosseiro tecido azulado. - É público que anualmente são mandados grandes carregamentos de escravos negros de possessões portuguesas na África, principalmente de Angola, Benguela, Moçambique, etc. (LANGSDORFF apud BERGER, 1979, p. 150).

A história da Ilha de Santa Catarina, também é a história dos africanos que foram trazidos da África para o Brasil, constituindo-se nessas terras o sistema escravista colonial, implantado pela coroa portuguesa. Assim, buscamos enfatizar que na história de Santa Catarina existiu também a história da escravidão das populações negras. Essas pessoas foram invisibilizadas nas páginas dos livros da historiografia tradicional.

Outro tópico abordado pelos viajantes russos e que em nenhum momento Cabral comenta são os trechos de Krusenstern e Langsdorff sobre as condições das guarnições, a fragilidade dos fortes, ou como o trabalho escravo fomentava a economia local. O historiador catarinense não busca explorar as nuances desses relatos, ele só retirou algumas informações do relato e colocou em seu livro para compor a parte que fala sobre os viajantes que estiveram em Desterro.

Em outra obra, *Nossa Senhora de Desterro - Notícia*, publicada em 1979, o autor estava comentando sobre o preço dos produtos e os estoques que às casas de secos e molhados tinham, quando ele menciona que em 1803, o viajante Krusenstern comprou algumas

---

<sup>41</sup> A pesquisa sobre as mulheres em Desterro será feita no decorrer do capítulo 3 desse trabalho. Focando nas suas experiências e na desconstrução de certas representações, é importante ressaltar que o estudo sobre gênero teve início na década de 1970, incorporando contribuições da história social. Nas décadas de 1980 e 1990 intensificaram-se as pesquisas com o objetivo de compreender o lugar ocupado pelas mulheres na sociedade brasileira. Em sua tese de mestrado, Daniela se debruça sobre o estudo sobre as mulheres proprietárias de escravos em Desterro. Ela também faz um levantamento sobre a pesquisa de gênero. SBRAVATI, Daniela Fernanda. *Senhoras de incerta condição: proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX*. 2008. P. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br:8080/bitstream/handle/123456789/91266/260941.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 mar. 2021.

provisões e frutas. Mas o que nos interessa aqui, é que logo abaixo Cabral faz uma reflexão sobre um comentário do relato. Nesse relato o viajante descreve o potencial que a Vila teria se a coroa portuguesa assim quisesse, mas como não permite “seu comércio permanece, como anteriormente, na mais miserável das condições. [...] Eu já disse antes, que não se encontra um só comerciante na Vila de Nossa Senhora do Desterro.” (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p. 151) e Cabral esclarece aos seus leitores que:

Eis uma prova de que não se pode dar muito crédito à observação de viajantes e validade ao que, muitas vezes, escrevem. Não é possível que, em 1803, não tivesse encontrado uma só casa de negócios de secos e molhados, se, em 1796, já subia o seu número a 44, tôdas de capital medíocre, como queria. E não foi preciso a proteção do Govêrno para que progredisse, pois, quinze anos mais tarde, eram os maiores proprietários da Vila. (CABRAL, 1979, p. 279).

Essa observação demonstra que Cabral tinha mais preocupação com determinados comentários do que com outros. Uma escolha é você problematizar a mão de obra escrava, outra coisa é você dizer que os colonos da Ilha não tinham comércio local bom o suficiente. Tais escolhas buscam reforçar uma certa imagem da capitania do século XIX para os leitores atuais, em relação de desde aquela época temos uma relação comercial forte que aumentava a cada ano. Ao mesmo tempo em que não registra a importância do trabalho dos africanos escravizados para o desenvolvimento econômico da província.

Sobre essas escolhas cabe mencionar, ainda, os reflexos na produção historiográfica do debate existente a respeito da “açorianidade” e a Ilha de Santa Catarina. Maria Bernadete Flores no capítulo *Autoridade do Passado*, que está inserido na obra *A Farra do Boi* de 1997, a autora analisa “A invenção da Açorianidade” e mostra como a valorização da cultura portuguesa que foi implementada na historiografia catarinense por Oswaldo de Cabral e Walter Piazza. Na década de 1940, ocorre uma valorização da colonização portuguesa, e especialmente da colonização açoriana na Ilha de Santa Catarina. Buscava-se explicar e justificar as diferenças de desenvolvimento industrial nas áreas de colonização alemã no Vale do Itajaí e sua inexistência nas áreas de colonização portuguesa. Nesse contexto, o embate entre grupos políticos e econômicos e suas origens, descendentes de alemães e portugueses, deixou marcas na produção da historiografia catarinense. Por exemplo, Flores destaca que Cabral e o desembargador Henrique Fontes valorizavam a colonização portuguesa, afirmando que,

tanto no discurso de Cabral como no de Henrique da Silva Fontes, havia uma forte preocupação em definir o assentamento do açoriano na região litorânea como uma empresa colonizadora, que serviu a fins nobres, à defesa da terra no Sul do país, ou melhor, à construção da Brasil idade nesta região. Se não houve sucesso econômico, houve sucesso cultural para sedimentação da Cultura luso-brasileira. (FLORES, 1997, p. 117).

Levantamos essa questão por um motivo, enquanto liamos esse capítulo de Maria Bernadete Flores, na nota de rodapé 29, a autora afirma que Piazza em sua obra *Santa Catarina: Sua História*, não usa a palavra colonização para se referir a emigração em massa dos açorianos. (FLORES, 1997, p. 122). Logo, devemos considerar que o autor não busca problematizar o processo colonial<sup>42</sup> da corte portuguesa, ele se refere como “os povoadores ou os assentistas”.

Para melhor compreensão dos termos “povoadores” e “assentistas”, dentro do debate sobre a “A invenção da Açorianidade”, gostaríamos de pontuar que é uma interpretação, da qual o autor (Piazza), acreditou que a presença açoriana era melhor retratada. Flores (1997), explica que o projeto do Estado de Santa Catarina era celebrar a presença açoriana em Desterro. Portanto, a historiografia deveria construir essa celebração, “A história é a reconstrução sempre problemática, é uma representação do passado” (FLORES, 1997, p.139).

Em *Nossa Senhora de Desterro - Memória* de 1979, logo no início, no capítulo “*Uma sociedade fechada*”, Cabral utiliza os relatos de viagens para construir uma narrativa para afirmar que às noites de Desterro eram marcadas por eventos sociais. Ele usa novamente o relato de Langsdorff onde o viajante registrou que: “Reuniam-se às famílias para dançar, rir, cantar e brincar” (CABRAL, 1979, p. 18). E ele mais uma vez continua falando sobre as mulheres, basicamente o mesmo trecho que foi exposto acima. Vale ressaltar que este é outro livro do mesmo autor, e ele usa a mesma passagem.

Nas obras Walter Fernando Piazza<sup>43</sup>, outro nome muito conhecido na historiografia sobre Santa Catarina, o destaque é dado aos fatos políticos e militares. Por exemplo, no livro *Santa Catarina: sua História* de 1983, ao longo da leitura é perceptível que o autor se preocupa em nomear pessoas “ilustres” para a criação de Santa Catarina, como por exemplo, políticos, empresários e religiosos. Nisto, se insere as passagens referentes às biografias e cronologias referentes a estes personagens ao longo de sua obra.

Neste livro, encontramos o capítulo XI - *Quadro social e econômico do século XVIII*, que é dedicado ao comentário sobre as expedições que ocorreram durante esse século. A datação do capítulo termina em 1799, sabemos que a expedição russa chegou em 1803, mas o capítulo XII - *Período Imperial (1822 - 1889)* da obra de Piazza se inicia em 1817, ou seja, não tem produção escrita referente às primeiras décadas do século XIX.

---

<sup>42</sup> Sobre o processo colonial entende-se como um sistema complexo, um conjunto de relações entre as metrópoles e as suas perspectivas coloniais para mais informações ver em: NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). 6. ed. São Paulo, 1995, p. 57.

<sup>43</sup> Ver mais em: WALTER PIAZZA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Walter\\_Piazza&oldid=58611661](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Walter_Piazza&oldid=58611661). Acesso em: 26 jun. 2020.

No capítulo X, *A Pesca da Baleia e às “armações”*, existe uma passagem a respeito da monopolização das armações pela coroa portuguesa, e outros comentários a respeito das armações, mas nada em relação a outros aspectos sociais da capitania.

Por fim, no capítulo XVI, *Estruturação Social e Econômica na Primeira Metade do século XIX*, o autor apresenta o início do século XIX para o leitor. Ele faz uso, principalmente, do relato de Langsdorff para construir sua narrativa sobre o Desterro. Piazza, mostra o que o viajante registrou sobre os habitantes, a alimentação, sobre os animais que eram criados pelas famílias desterrenses, às condições sanitárias, sobre a questão hospitalar, às doenças, a fecundidade das mulheres, o modo que elas se vestiam, os escravos e também trouxe a questão das defesas da Capitania. Piazza utiliza os relatos como se fossem “reflexo do real”, apresenta o relato do viajante como verdade e não se preocupa em problematizar as representações dos viajantes, a partir de suas culturas e objetivos de suas viagens, que marcavam suas observações e o que escreviam sobre a Vila de Desterro.

Por fim, consideramos que Walter Piazza e Oswaldo Rodrigues Cabral são autores importantes para a historiografia de Santa Catarina. Em suas páginas, esses autores constroem uma história da Capitania de Santa Catarina, utilizando as fontes, que estavam disponíveis, narrando uma história política marcada pela relação colonial com Portugal. E dessa forma, não aprofundam, por exemplo, como já mencionamos, a história da escravidão na constituição da sociedade florianopolitana ou a invisibilidade das religiões afro-brasileiras em suas narrativas.

## OS RELATOS DOS VIAJANTES RUSSOS E SUAS REPRESENTAÇÕES SOBRE DESTERRO

No início do século XIX, destacam-se os relatos dos viajantes russos sobre a Vila de Nossa Senhora do Desterro, essas representações deixadas por esses viajantes descrevem desde às edificações da Vila, informações socioeconômicas, expressão de suas opiniões sobre a administração da coroa portuguesa, aspectos do cotidiano, retratam a vegetação da Ilha, entre outros aspectos que serão tratados mais adiante. Todos esses relatos estão incluídos na obra de Paulo Berger, *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*, que apresenta os relatos dos viajantes, fonte primária de nossa pesquisa. Essas expedições foram significativas, com vários registros sobre a sociedade da Ilha de Santa Catarina. Como por exemplo, a narrativa do Capitão Lisiansky, que descreve a população desterrense, sua economia e a administração da coroa portuguesa, além de um levantamento sobre os habitantes.

Adam Johann von Krusenstern e Urey Lisiansky estavam a serviço do Czar Alexandre I, eram capitães do *Nadeshda* e *Neva*, respectivamente. Às embarcações saíram do porto de Kronstadt, uma ilha do golfo da Finlândia, onde se encontrava a guarnição da marinha imperial russa<sup>44</sup>, com a missão de produzir um estudo para os futuros itinerários do Báltico para o Oceano Pacífico, com o avanço da marinha russa, a possibilidade de desenvolver um comércio entre os chineses, japoneses e russos.

A ancoragem na ilha de Santa Catarina, a priori, era para abastecimento de comida, água e madeira. Krusenstern acreditava que em até 10 dias ele conseguiria colocar os navios em ordem. A estadia se torna permanente quando o capitão Lisiansky informa que o mastro principal e o mastro de proa do *Neva* estavam em mau estado. O receio do capitão fica evidente quando em seu relato Krusenstern observa que Desterro é desprovida de ofícios básicos, não há carpinteiros, marceneiros, artesãos. O viajante manifesta que “não há pessoas capazes de satisfazer as necessidades da navegação”, que o navio poderia ficar preso na Ilha de Santa Catarina e assim a expedição se arrastaria por meses.

Cabe observar neste contexto que o litoral da província de Santa Catarina é importantíssimo para os navegadores, pois por sua localização privilegiada, é um ponto de passagem e parada obrigatória para o abastecimento de navios em trânsito pela costa brasileira em direção à região do Rio da Prata e para os russos para sua viagem ao pacífico.

Os navios que tencionam contornar o cabo Horn, ou que se destinam à pesca da baleia na costa, não podem desejar um porto melhor do que a Ilha de Santa Catarina

---

<sup>44</sup> KRONSTADT. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Kronstadt&oldid=51863229>. Acesso em: 12 de novembro de 2020.



para abrigo. Ele é infinitamente preferível ao do Rio de Janeiro, onde os estranhos, particularmente os que chegam em navios mercantes, são tratados com o desdém insultuoso que se nota no Japão. [...] Na Ilha de Santa Catarina, em cuja vizinhança não há minas de diamantes, um estranho pode gozar de perfeita liberdade: o Porto é excelente, e a água é ótima e fácil de ser encontrada. (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p.153).

Os navios, indo da Europa ao Pacífico e que atravessam o Atlântico, têm de entrar pelo menos num porto para abastecer-se de água doce e mantimentos e dar descanso à tripulação [...] A situação geográfica desse porto [Ilha de Santa Catarina] é uma das suas vantagens principais: está no caminho, tanto dos navios que navegam em direção ao Pacífico pela rota ocidental, quanto pela oriental. [...] A principal vantagem desse porto para os navegadores (vantagens que eles não devem perder de vista) é, porém, a fartura dos diversos gêneros alimentícios frescos e a preço moderado. (GOLOVNIN apud BERGER, 1979, p. 216-217).

O papel do porto de Desterro, sua condição administrativa e sua importância dentro do sistema colonial português é reafirmada pela historiografia tradicional catarinense. Cabral pontua que a Ilha está situada a meio caminho entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata, e é frequentada por embarcações não só de cabotagem, mas também de guerra (CABRAL, 1979, p. 330). A Ilha de Santa Catarina era utilizada com base militar, e o povoamento e sua valorização como espaço colonial estava vinculada aos interesses econômicos da coroa portuguesa.

Enquanto colônia, a província de Santa Catarina para os viajantes russos, foi pontuada como sendo uma província mal administrada. Os viajantes em seus relatos manifestam suas críticas em relação ao comércio restrito com o Rio de Janeiro e o quanto isso prejudicava o desenvolvimento econômico de Desterro,

O quanto Portugal subestima as vantagens que poderá obter de suas colônias nessa parte do mundo é um fato por demais conhecido para merecer repetição. De todo o Brasil, a Ilha de Santa Catarina, juntamente com a parte do continente em suas proximidades, é talvez aquela que menos tem atraído a atenção do governo português, tanto como deveria merecer, em vista de sua localização, seu clima saudável, seu solo fértil e seus valiosos produtos (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p.149).

O historiador Augusto da Silva em sua tese de doutorado *O governo da Ilha de Santa Catarina e sua terra firme: território, administração e sociedade (1738-1807)*, faz referência à forma centralizadora e autoritária de governar da metrópole sobre as províncias.

A complexidade, esse “caos” e “irracionalidade” com que se nos apresenta aquela estrutura política e administrativa, vem justamente da nossa incompreensão de seu funcionamento mais completo. Raymundo Faoro acentuou o papel centralizador do Estado português na formação do Brasil colonial. Entendia ele que “Sobre a colônia descem as sufocadoras garras da administração colonial, cortadas nos conselhos do reino, sem respeito pelas peculiaridades do trópico. A ordem pública portuguesa, imobilizada nos alvarás, regimentos e ordenações, prestigiada pelos batalhões, atravessa o oceano, incorrupta, carapaça imposta ao corpo sem que as medidas deste a reclamem. O Estado sobrepôs se, estranho, alheio, distante à sociedade, amputando todos os membros que resistissem ao domínio. [...] Ao sul e ao norte, os centros de

autoridade são sucursais obedientes de Lisboa: o Estado, imposto à colônia antes que ela tivesse povo, permanece íntegro, reforçado pela espada ultramarina, quando a sociedade americana ousa romper a casca do ovo que a aprisiona” (FAORO apud SILVA, 2013, p 60).

Obstantes a este contexto, o império russo também, era um regime absolutista, como já foi colocado no primeiro capítulo. O território colonial do Brasil é administrado pela coroa portuguesa e, conforme o historiador Caio Prado Júnior, em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, a colônia brasileira serviria apenas para fornecer artigos e gêneros para o mercado europeu<sup>45</sup>. Também o Império Russo, que começou seu processo de colonização no pacífico em meados do século XVIII, constituiu também uma Colônia de exploração nas Ilhas Aleutas. Assim, as grandes potências conheciam muito bem como funcionava a administração colonial<sup>46</sup>.

Estes imperativos definem o papel das autoridades governamentais na Colônia, os governadores são determinados pela coroa portuguesa para as respectivas capitanias, refletindo o poder real na colônia e nas suas capitanias.

Frente aos poderes regionais concorrentes como juizes ordinários, provedores, oficiais da Câmara, párocos, entre outros, constituíram-se como os principais agentes na condução das políticas monárquicas portuguesas. Todavia, no exercício do cargo, inseriam-se, querendo ou não, numa “rede relacional” complexa na sociedade que iam governar. Dependendo das conjunturas específicas e mesmo da atitude pessoal de cada um no exercício do cargo, estabeleciam com os indivíduos e grupos locais relações marcadas, ora por acordos e negociações – até porque o novo meio e o próprio funcionamento da colônia exigia o apoio mútuo –, ora por enfrentamentos e conflitos (SILVA, 2013, p 11-12).

Em 1803 o governador da Capitania de Desterro é o Coronel Joaquim Xavier Curado, que governou a província entre 1800 a 1805, nascido em Meia Ponte, então Capitania de Goyaz, na Colônia do Brasil do Reino de Portugal. Quando seu pai João Soares Curado faleceu Joaquim foi para o Rio de Janeiro onde foi seminarista, mas trocou a vida religiosa pela militar. Em vários momentos dos relatos tanto do Capitão Krusenstern como do Capitão Lisiansky, o governador é elogiado por seu zelo para com as condições dos viajantes. Krusenstern declara que o Governador “prometeu, com a maior gentileza, oferecer-nos toda a assistência ao seu alcance.” (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p.144). Lisiansky fala a respeito da “sinceridade e conduta hospitaleira” durante a estadia russa em Desterro. Ainda se

<sup>45</sup> Encontra-se nos trópicos plantações de açúcar, anil, milho, arroz e algodão. Fora a madeira que foi cortada e enviada para Europa.

<sup>46</sup> A administração colonial tem interesses mercantis e visa beneficiar a corte em si. Para o império russo o interesse eram as peles, e o governo russo submeteu os aleutas à servidão a corte russa, no caso da província de Santa Catarina era o fornecimento de óleo de baleia, arrematação dos contratos de pesca, e o abastecimento interno do mercado com o plantio da mandioca.

permite a elogiar o conhecimento que o governador tem sobre Santa Catarina e pelas informações sobre a costa brasileira<sup>47</sup>.

A chegada dos viajantes em Desterro, acontece pela baía norte, geograficamente, a expedição russa tinha os dados das expedições de Frezier (1712) Lord Anson (1740), Lozier de Bouvet (1738) e La Pérouse (1785). Esses relatos auxiliaram a chegada dos russos em Desterro, vale ressaltar, que o projeto do Ten. Trevenen visava parar na América do Sul.

O projeto de Trevenen foi profético e, de várias maneiras, supôs que as medidas adotadas pelo governo russo em 1802-3, quando o Nadezhda e o Neva estavam prontos para a viagem. Como ele pediu, esses navios foram reabastecidos no porto da América do Sul (Brasil) antes de prosseguir ao redor do cabo Horn até as "ilhas do mar do sul" férteis (as ilhas Marquesas e arquipélagos do Havai). Tradução nossa.<sup>48</sup>

Tomando por referência essa expedição russa, que navegou em busca da exploração do Pacífico, o porto da Ilha de Santa Catarina se torna um abrigo muito bem apreciado pelos navegantes. Com base nos relatos das viagens de Adam Johann von Krusenstern, Urey Lisiansky, Vassili Golovnin e Georg Langsdorff, buscamos nas próximas páginas expor os relatos dos viajantes sob as ordens do Czar Alexandre I. Percebendo aspectos como a fragilidade dos fortes, a administração da corte portuguesa, o sistema escravagista em Desterro, a caça de baleias, a produção da farinha de mandioca e por fim aspectos sobre a Vila de Desterro destacando a presença das mulheres, dos indígenas e questões habitacionais nessa investigação.

A chegada em Desterro, onde Krusenstern já sabia que encontraria a Ilha Gal e a Ilha do Arvoredo, navegando por entre essas duas ilhas, dirigindo-se ao sul encontram a fortaleza de Santa Cruz:

ancoradouro é perfeitamente seguro em qualquer lugar, quer para o lado norte, quer para o lado sul desse forte; entretanto, é melhor lançar âncora para parte sul de Santa Cruz, tanto por causa da comunicação com a Vila como pela proximidade de São Miguel, onde a melhor água é encontrada (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p.154).

Segundo a narrativa de Lisiansky, a partir do momento que eles se aproximam do forte de Santa Cruz<sup>49</sup> (Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim), hasteiam-as bandeiras portuguesas em todos os fortes. Da fortaleza de Santa Cruz é possível localizar às Fortalezas

<sup>47</sup> Urey Lisianski declara não mencionar a sua gratidão pelo Governador seria de grande ingratidão, por isso ele faz esse agradecimento ao Coronel.

<sup>48</sup> Tradução do trecho: Trevenen's project was prophetic and, in many ways, prefigured that adopted by the Russian government in 1802-3, when the Nadezhda and Neva were readied for their voyage. As he urged, those vessels watered and provisioned in a port of South America (Brazil) before proceeding round the Horn to fertile "Islands in the South Sea" (the Marquesas and Hawaiian archipelagos) (BARRATT, 1988, p. 30).

<sup>49</sup> Localizada na Ilha de Anhatomirim.

de Ponta Grossa<sup>50</sup> (Fortaleza de São José da Ponta Grossa) e de ratones (Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés).

Dentro deste enfoque, os comentários dos russos sobre os fortes e as fortalezas, suas descrições são elaboradas no que diz respeito sobre a fragilidade dos fortes. Na entrada na baía norte passasse pela Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, pela Fortaleza de São José da Ponta Grossa e pela Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés, Krusenstern comenta que são insignificantes, sobre a fortaleza de Santo Antônio de Ratonés “pequeno forte de nove canhões na Ilha de Ratonés; mas desses nove canhões três somente estavam em condições de operar” (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p.149). O observatório da expedição foi construído na Ilha de Anhatomirim, o Alm. Krusenstern passou um bom tempo pela Ilha. Ele comenta que contou somente 20 canhões ali, que, em sua maioria, parecem estar em péssimas condições (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p.150).

A Vila de Nossa Senhora do Desterro é ainda menos fortificada: um pequeno forte de oito canhões no ancoradouro, cujos suportes estavam quase todos danificados, constitui sua única defesa (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p.150).

Krusenstern considerava que o governo português deveria dar mais atenção a esta ilha, pois,

De todo o Brasil, a Ilha de Santa Catarina, juntamente com a parte do continente em suas proximidades, é talvez a que menos tem atraído a atenção do governo português, tanto como deveria merecer, em vista de sua localização, seu clima saudável, seu solo fértil, e seus valiosos produtos (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p.149).

O viajante ainda comenta que qualquer nação que se empenha em conseguir a posse desta colônia, conseguiria fazer de imediato, até cita a façanha espanhola de 1777, e complementa “sem necessitar de maiores armamentos”. Estas colocações de Krusenstern nos permitem especular sobre a condição das fortificações na Ilha. Para o capitão, o despreparo da guarnição, as fortificações sem artilharia refletem a “imbecilidade do governo”. (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p.150).

Também é mencionado por Krusenstern, apresentando como ainda menos fortificado “um pequeno forte de oito canhões no ancoradouro, cujos suportes estavam quase todos danificados constitui sua única defesa” (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p.150). Esse forte mencionado acima fica na Vila de Nossa Senhora de Desterro, mas temos 4 fortes na vila: o forte de Santa Bárbara da Praia da Vila e o forte de Santana, o forte de São Francisco Xavier da Praia de Fora e o forte de São Luís da Praia de Fora.

---

<sup>50</sup> Está localizada no noroeste da Ilha.

De acordo com o responsável pela Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina/UFSC<sup>51</sup>, de acordo com o levantamento do Alferes José Correia Rangel, de 1786, no forte de Santa Bárbara<sup>52</sup> possuía o Quartel da Tropa, o Armazém e a Casa da Pólvora, sendo artilhado com um canhão de bronze de calibre 6 libras, e 12 canhões de ferro. Enquanto isso, o forte de Santana<sup>53</sup> estava artilhado com 10 canhões, sendo quatro deles de bronze e seis canhões de ferro. O forte de São Luís da Praia de Fora<sup>54</sup>, contava com uma bateria de canhões e o Paiol de Pólvora aparecem situados junto ao mar, com o Quartel da Tropa, a Casa do Comandante e a Cozinha, localizados numa única edificação mais afastada da praia. O forte possuía então cinco peças (canhões) de ferro, uma de calibre 8 libras e quatro de 6 libras. Já o forte de São Francisco Xavier da Praia de Fora<sup>55</sup>, chegou a possuir um conjunto de armamentos com 19 peças: uma de bronze de calibre 6 libras, e dezoito de ferro, sendo duas de calibre 8, seis de calibre 6, quatro de calibre 4, quatro de calibre 2 e as últimas duas de calibre 1 libra.

Outrossim cabe considerar neste contexto, que do outro lado do estreito, entre a ilha e o continente existia um quinto forte nessa região. O forte da Ponta do Estreito<sup>56</sup>, que ficava localizado no estreito de ligação das baías norte e sul da Ilha de Santa Catarina, no lado continental. Segundo a Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, durante a expedição do viajante escocês James George Semple Lisle, em sua passagem pela Vila do Desterro em 1797, informa que um forte estava em construção, essa construção seria do forte São João do Estreito<sup>57</sup> que estava localizado no lado continental da parte mais estreita do canal que separa a Ilha de Santa Catarina da terra firme. Em sua artilharia encontram-se seis peças de bronze, que vinham da Fortaleza de Anhatomirim. Logo,

Em diversos mapas espanhóis de 1777/1778 já aparece nessa localização, ou próximo a ela, uma fortificação simplesmente denominada de "Fuerte de faxinas" (BOPPRÉ, 2010: 33) que pode tratar-se da estrutura primitiva que dará posteriormente origem ao Forte de São João, ou pode tratar-se de uma outra

<sup>51</sup> As fortalezas passaram a ser responsabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina de forma gradativa, em 1979 a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) assumiu a gestão da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. A Fortaleza de Santo Antônio de Ratoles passou à guarda da UFSC em 1991 e a Fortaleza de São José da Ponta Grossa passou a ser gerenciada pela UFSC desde 1992.

<sup>52</sup> Retirada da Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, 2016. Disponível em: [http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=15](http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=15). Acesso em: 10 de novembro de 2020.

<sup>53</sup> Retirada da Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina. Disponível em: [http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=16](http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=16). Acesso em: 10 de novembro de 2020.

<sup>54</sup> Retirada da Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina. Disponível em: [http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=19](http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=19). Acesso em: 10 de novembro de 2020.

<sup>55</sup> Retirada da Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina. Disponível em: [http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=17](http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=17). Acesso em: 10 de novembro de 2020.

<sup>56</sup> Retirada da Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina. Disponível em: [http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=983](http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=983). Acesso em: 10 de novembro de 2020.

<sup>57</sup> Retirada da Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, 2016. Disponível em: [http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=18](http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=18). Acesso em: 10 de novembro de 2020.

fortificação sem relação com o futuro forte. De acordo com Souza (1885), a Bateria de São João, foi projetada para, do lado do continente, cruzar fogos com o Forte de Santana, na ponta "estreito na Ilha de Santa Catarina, estando artilhada com seis peças (BOITEUX, 1920). Coelho (1856), seguido por Paiva (1873), informa que o governador da Capitania, Tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro (1793-1800), devido "à fermentação bélica na Europa", fez construir entrancheamentos na praia do Forte de São João da terra firme. Os autores concordam que um forte no local foi erguido (ou reformado) a partir de 1793, em faxina e terra, com risco do Sargento-mór Engenheiro Joaquim Correia de Lacerda (COELHO, 1856) ou Joaquim Correia Serra (BOITEUX, 1920).<sup>58</sup>

Segundo Roberto Toner, Arquiteto e Chefe da Divisão de Restauração da Coordenadoria das Fortalezas - SeCArte, da Universidade federal de Santa Catarina,

O forte que protegia a Vila de Nossa Senhora do Desterro em 1803, data da passagem por aqui do Krusenstern, é o Forte de Santana, embora ele não mencione o nome da fortificação no livro. O fato dele citar que a fortificação possuía 8 canhões não é o mais importante. O número de canhões nas fortificações variava muito ao longo dos anos e não necessariamente confere com a realidade atual. Você pode perceber isso nas iconografias antigas e nos diversos relatórios de relação de armamentos dessas fortificações, o que se aplica também ao Forte de Santana. Além disso, algumas vezes a informação era incorreta mesmo.<sup>59</sup>

O relato de Krusenstern e Lisiansky são de 1803, às informações pontuadas acima sobre os fortes se remetem ao ano de 1786; decorrem-se 17 anos de intervenções nas artilharias desses fortes. O interessante de percebermos a quantidade de artilharia que a capitania possuía nos últimos anos do século XVIII e início do século XIX.

O sistema de defesa da Ilha foi implementado no contexto da política de povoamento, a coroa portuguesa tinha interesses na região do Rio da Prata, que pelo tratado de Tordesilhas era da coroa de Castela. Maria Bernadete Flores (2000) comenta sobre o uso do princípio *uti possidetis*, que segundo a autora nada menos é de que quem povoa domina.

Nesta conjuntura, a Ilha de Santa Catarina passou a representar a principal prioridade da colonização do Sul brasileiro localizado à beira da Costa entre Rio de Janeiro e embocadura do Prata, era de relevância estratégica. Ela representava,

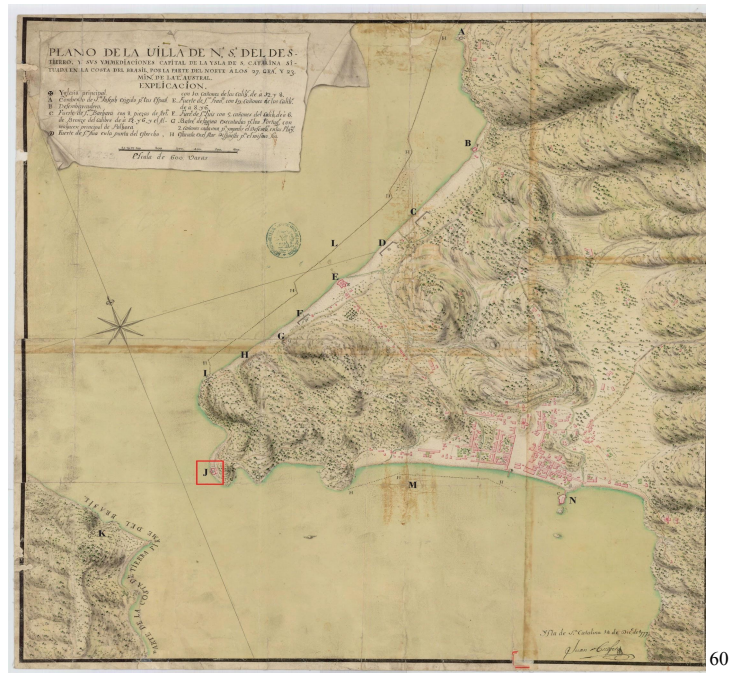
---

<sup>58</sup> Ibidem

<sup>59</sup> Durante a elaboração dessa etapa do TCC, surgiram dúvidas a respeito dos fortes que ficavam na região do central de Desterro. A autora entrou em contato por email com o Coordenador do Projeto Fortalezas, Roberto Toner para tirar algumas dúvidas. Para ver mais: "Em 1777, Santana contava com nove canhões (MOSIMANN, 2003, p. 35), os mesmos da época de sua construção (SOUZA, 1885, p. 124). Segundo o levantamento de Correia Rangel, em 1786, o forte estava artilhado com 10 canhões, sendo quatro deles de bronze: um de calibre 8 libras e três de calibre 6 lb; e seis canhões de ferro, todos de calibre 12 libras (TONERA&OLIVEIRA, 2015: 134). O Mapa de toda a artilharia, de 1812, registra 10 peças nesse forte, a mesma quantidade e distribuição de calibres informada por Rangel (CABRAL, 1972, p. 48). Em 1822 Duperrey informa que o forte possuía 12 canhões arruinados pela ferrugem (HARO, 1990, p. 250). Segundo levantamento realizado em 1850, o forte contava então com três peças de bronze, calibre 12 libras, fabricadas em Portugal, e outras quatro peças de ferro, calibre 9 libras, de origem inglesa (MELO E ALVIM, 1850, p. 1). O levantamento de 1863 (Questão Christie) considera esse forte de alguma importância. (...) Tem 12 bocas-de-fogo, sendo uma peça de ferro de calibre 9 libras (lb), em bom estado, e três de bronze de calibre 12 lb, quatro de ferro de calibre 12 lb e quatro de 9 lb, todas em mau estado (RELAÇÃO, 1863). Hoje o Forte de Santana conta com sete canhões de ferro fundido, todos de origem britânica, sendo três deles de calibre 9 libras, dois de 12 lb e outros dois de 3 lb, conforme identificação realizada pelo Iphan (CASTRO, 2000)".

simultaneamente, uma atalaia do domínio português e um estímulo para a concorrência dos estrangeiros (FLORES, 2000, p. 38).

Imagem 3: Iconografia do Forte de Santana



60

Cabe considerar neste sentido que, proteção a possíveis inovações Desterro tinha o suficiente, no que se trata a estrutura, mas não quer dizer que tinha guarnição e munição suficiente para aguentar um possível ataque de nações estrangeiras. Levando em consideração que em 1776 aconteceu uma invasão do império espanhol, podemos especular que a frota espanhola deveria ter um grande contingente de navios.

Ainda especulando, talvez a corte de Bragança não fez mais pelas suas defesas, deixando de lado a manutenção das mesmas como comenta em 1808, o explorador e navegador russo Vassili Mihailovitch Golovnin, durante sua estadia em Desterro, que a manutenção dos fortes foi deixada de lado, e que eles estão em um péssimo estado de conservação. Golovnin coloca que até mesmo os canhões não estão em condições de uso, “foram fundidos no século XVII ou talvez antes e foram completamente abandonados” (GOLOVNIN apud BERGER, 1979, p. 216). Ainda sobre as defesas da capitania, é insatisfatória para os padrões de cidades portuárias. Logo em sua chegada ele deduz, pela falta de salvas, “é mais provável que não possuíssem pólvora ou então que tivessem tão pouco dela que não desejavam desperdiçar tal preciosidade” (GOLOVNIN apud BERGER, 1979, p. 212).

<sup>60</sup> Iconografia do Forte de Santana -Plano elaborado durante o período de ocupação da Ilha de Santa Catarina pela Espanha. Disponível em: [http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=16](http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=16). Acesso em: 18 de novembro de 2020.

No forte mencionado por Krusenstern, segundo o viajante, a guarnição era de 500 homens. Em relação a isso, segundo o autor, na fortaleza de Anhatomirim teria uma guarnição de 50 homens segundo Krusenstern (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p.150). Lisiansky complementa que a força militar consiste em um regimento de soldados de linhas, composto por 1.000 homens e 3.000 milicianos (LISIANSKY apud BERGER, 1990, p.163).

De acordo com Lisiansky (LISIANSKY apud BERGER, 1990, p.163) “Os soldados de linha estão, em tempo de paz, tão dispersos que, enquanto uma metade está de serviço a outra vive em casa, cultivando suas terras”. Em contrapartida, Cabral (1979), em 1786 havia pelo menos duas companhias de Infantaria e uma de Cavalaria, sendo que em toda a capitania elas eram 10 e 8, respectivamente, com efetivos de 703 infantes e 317 cavalarianos. O autor continua, de acordo com Paulo José Miguel de Brito, em 1796, havia um Regimento de Infantaria na Ilha, além de nove companhias de armas francas e quatorze companhias de cavalaria (CABRAL, 1979, p. 306).

No livro *Nossa Senhora do Desterro - Memória* de 1979, Cabral, no que se refere às fortificações, existem 4 no perímetro urbano da Vila, e outras sete fora dos limites. O forte de Santa Bárbara, segundo o autor, não se sabe bem quando foi levantado, nem por quem. De acordo com Cabral, ele já existia desde 1786, e estava armado com 13 peças de bronze (CABRAL, 1979, p. 327). Cabral considera como o maior edifício o forte de Sant’Ana, que estava situado no Estreito, como se denominava a ponta da Ilha mais próxima do continente, justamente onde se encontravam os países do norte e do Sul. Foi construído, segundo Cabral, em 1761 ou 1765, durante o governo do Coronel Francisco Antônio Cardoso de Menezes tendo em sua artilharia com 10 canhões, tem 6 de ferro e 4 de bronze e que deveriam usar fogos com bateria de São João situada no continente fronteiro (CABRAL, 326).

No mesmo livro, o historiador pontua que o forte de São Francisco Xavier em 1785, possuía 19 peças, sendo uma de bronze e o restante de ferro (CABRAL, 1979, p. 327). O último forte que ficava no entorno da Vila era o Forte de São Luís, que assim como o forte de São Francisco, ficava também na praia de fora e era apenas uma bateria que fora construída em 1771, e foi armado com cinco peças de ferro (CABRAL, 1979, p. 328).

A estes fatores cabe salientar que Desterro chegou a ter mais de uma dúzia de construções de defesa, entre fortins, fortalezas e baterias. Essas construções serviam para legitimar o domínio português no atlântico sul. No entanto, esse detalhamento do abandono do sistema de defesa colonial merece destaque. Não podemos esquecer que tais registros, deveriam também seguir as orientações do império russo, além de relatos de viajantes, eram relatórios com informações e conhecimentos que deveriam servir para o império russo



analisar e definir seus interesses sobre as regiões visitadas, suas possibilidades comerciais ou possibilidade de expansão de suas conquistas territoriais.

As considerações no relato de Krusenstern sobre as relações econômicas entre Desterro e o Rio de Janeiro é importante sobre esses interesses do império russo e o controle do sistema colonial português. Lisiansky (1979, p. 162) lembra em seu relato que todo o comércio com as colônias portuguesas estava limitado a ser conduzido através do Rio de Janeiro,

O Príncipe Regente, realmente, afim de colocar este governo nas boas graças do povo declarou que esta ilha seria um porto livre, mas com várias restrições, que dificultam o comércio, e fazem com que esse pretensio benefício seja ridicularizado, já que o principal produto do solo, a madeira, não pode ser exportado de forma alguma, e os outros somente em regime de troca. Não é provável que qualquer navio venha da Europa até a Ilha de Santa Catarina para comprar café, açúcar e rum, por dinheiro à vista; e eu tenho sérias dúvidas se em toda a ilha, e na costa vizinha, seria possível encontrar o suficiente para carregar o navio de 400 toneladas. Além disso, os habitantes são proibidos de exportar seus produtos para qualquer outro lugar que não seja o Rio de Janeiro, seu comércio permanece, como anteriormente, na mais miserável das condições (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p. 151).

Krusenstern aponta que o Príncipe Regente era a favor de Desterro se tornar um porto livre, mas colocou uma série de restrições onde dificultam o comércio.

Sobre essas restrições, a historiadora Beatriz Mamigonian coloca que os interesses da coroa portuguesa com o litoral catarinense estão ligados com a integração da capitania com o circuito atlântico. Se passava de um projeto estratégico de colonização e exploração.

A Ilha de Santa Catarina, elevada a capitania em 1738, sob o comando do Brigadeiro José da Silva Paes, recebeu fortificações para proteger sua baía e casais açorianos e madeirenses para ocupar o território. [...] O projeto inicial da coroa era desenvolver a região a partir do trabalho livre de colonos, em várias unidades familiares agrícolas e manufatureiras. A produção consistia de culturas de interesse do reino, como o trigo, algodão e linho cânhamo (MAMIGONIAN, 2013, p. 21).

O litoral catarinense foi também incorporado à área de exploração na baleia, e o monopólio da caça e da produção de óleo foi arrendado por contrato a particulares, a partir de 1742. Entre 1746 e 1796 foram fundadas 5 armações de baleias no litoral catarinense, unidades escravistas de grande porte, algumas com famílias escravas e toda a complexidade da administração cotidiana comparável à dos engenhos açucareiros ou, mais tarde, das fazendas de café (MAMIGONIAN, 2013, p. 21-22).

Os produtos desta terra são muito variados e podem ser usados como fontes inesgotáveis de um rico comércio, se este não fosse tão limitado e dependente do Rio de Janeiro, pois, os moradores daqui só podem vender seus produtos para esta cidade. Caso estas ótimas regiões fossem mais povoadas por parte do governo, poder-se-ia formar aqui, através de seus produtos quase jorram livremente da cornucópia da livre natureza, em poucos anos, um dos centros comerciais mais importantes do Brasil. A plantação do café e do algodão haveria de alcançar grande lucro. O arroz e o açúcar também se encontram aqui em abundância para exportação, e no entanto, existe falta em rum e o áranque. - Índigo, pimenta, baunilha, bálsamo de copaíba (2) e outros produtos podem ser colhidos, faltando apenas a industrialização (LANGSDORFF apud BERGER, 1979, p.177-178).

O interesse da corte portuguesa em Desterro concebe-se pela assimilação da qual a localização geográfica da Ilha de Santa Catarina, que é uma velha conhecida dos navegadores

européus no Atlântico Sul. Em *Ilha de Santa Catarina: Relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX* podemos visualizar nesta coletânea, relatos de viajantes estrangeiros que aportaram à Ilha de Santa Catarina somente entre os anos 1712 a 1828. Inúmeras expedições e viagens se dão pela rota do Atlântico Sul que atravessavam o Cabo de Hornos. O que nos leva a pensar que quando Desterro é visitada pelas frotas espanholas e fica sob guarnição da Coroa Espanhola a Corte Portuguesa se organiza e toma novamente o controle desse ponto de abastecimento e reparos de frotas que buscavam o Pacífico. A Ilha de Santa Catarina, enquanto o Canal do Panamá ainda não existia, Santa Catarina foi um dos pontos estratégicos mais visados do Atlântico Sul.

Todo o processo colonial de ocupação do litoral catarinense foi impulsionado pela corte portuguesa. Controlar o território do Sul da Colônia era importante por causa do Rio da Prata, o escoamento dos minérios e ouro retirados pela corte de Castela, do lado espanhol do continente, eram transportados pelo Rio da Prata, se os portugueses controlassem a passagem poderiam cobrar taxas à coroa espanhola.

O Sul contava apenas com a campanha dos bandeirantes, e não era exatamente um projeto de ocupação por si só. Os primeiros indícios de ocupação de portugueses, foram com Francisco Dias Velho no final do século XVII. Essa ocupação inicial portuguesa não ocorreu da forma como deveria ser. Durante o período de Dias Velho na região, ele capturou um navio corsário que estava nas águas de Canasvieiras, o que acontece é que esses piratas tiveram sua carga tomada pela Fazenda Real, e eles não gostaram, dois anos depois eles voltam às águas da região e atacam o assentamento construído por Dias Velho. Segundo Flores (2000, p. 37) Dias Velho é morto durante o assalto desses piratas.

Passado esse episódio, a Coroa Portuguesa viu que era necessário dominar a região, O primeiro passo era povoar, era fundamental o reconhecimento da Espanha, que soubesse que essas terras eram portuguesas. A historiadora Maria Bernadete Flores, em sua obra *Povoadores da Fronteira*, expõe o contexto que fez com que a corte estudasse e desenvolvesse a migração em massa de casais portugueses do Arquipélago dos Açores.

Mas povoar a Ilha não seria tarefa simples. Estimular a transferência da população de outras partes do Brasil era inviável. Com uma grande extensão de terras e muitas oportunidades agrícolas e extrativas, as pessoas não se interessavam por uma região ainda desprovida de atrativos econômicos. O uso de mão-de-obra escrava para servir os interesses políticos e estratégicos da coroa também não seria viável. Um soldado escravo não corresponde à política de povoamento e de economia de abastecimento comercial. (FLORES, 2000, p. 38)

Toda a empreitada de ocupação se desenvolve com a migração de açorianos para ocuparem e que perpetuassem a mesma cultura de trigo que era conhecida nos Açores. O que

mais para frente sabemos que a cultura do trigo não se adaptou nos solos da Santa Catarina. Os açorianos, plantaram mandioca, produzindo farinha que alimentava as tropas portuguesas e as embarcações que passavam.

A emigração era estimulada e apoiada pela coroa portuguesa que, para colonizar seus domínios no ultramar, precisava de gente para povoá-los. Os milhares de colonizadores aliaram o próprio desejo de melhorar a sorte com o objetivo da monarquia: construir um império sobre o controle da coroa portuguesa (FLORES, 2000, p. 28).

Entende-se que o projeto colonial português implementado em toda a colônia, incluindo o povoamento da capitania de Desterro, visava garantir o domínio territorial e de seu porto, cuja posição era estratégica nos mares do Sul. E o desenvolvimento de sua economia fazia parte desse sistema.

Devido à exploração de ouro nas “Minas Gerais” Maria Bernadete Flores (2000, p. 41) coloca que Portugal “experimentava um surto de prosperidade”. A corte portuguesa estava muito bem com as riquezas de sua colônia no ultramar.

Neste sentido, concluímos que embora Portugal prosperasse economicamente, graças à colônia, o sistema colonial e suas características representavam fragilidades na economia da ilha catarinense, apresentadas nos relatos dos viajantes russos. Pontua-se aqui, que os interesses coloniais, às pressões voltadas aos empreendimentos agrícolas que não deram certo, e às diretrizes reais como fundamentais para uma falta de eficiência econômica em Desterro.

O projeto de ocupação colonial do litoral catarinense é incentivado durante o século XVIII, povoamento e exploração são as suas sustentações, mas isso se dá com a expansão do império português em direção ao Rio da Prata. A Ilha de Santa Catarina se tornou Capitania em 1738. A localização geográfica e a movimentação dos portos de Desterro e de Laguna<sup>61</sup> estimulam a economia da corte nessa região. Logo, a corte portuguesa faz o possível para assegurar o controle da fronteira sul da colônia, o litoral recebe suas fortificações e casais açorianos e madeirenses<sup>62</sup> chegam para fundar os núcleos de povoamento português no sul.

Pelo exposto acima conseguimos entender como se deu o processo de ocupação da Capitania, e o que os viajantes encontram aqui é fruto desse processo. Em seus relatos ambos os viajantes trazem dados sobre a população desterreense, tanto em especulações numéricas como de composição; Krusenstern especula que a população seja de 2.000 ou 3.000 portugueses pobres e escravos negros (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p. 150).

---

<sup>61</sup> Laguna ao longo do século XVIII se torna um ponto de parada para às expedições e viagens que seguiam para o extremo sul da Colônia. O porto de Laguna era a última parada até a Capitania do Rio Grande de São Pedro.

<sup>62</sup> Para conhecer mais sobre o processo de colonização açoriano no litoral ver em: FLORES, Maria Bernadete Ramos. Povoadores da Fronteira: os casais açorianos rumo ao Sul do Brasil. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

Mais adiante em seu relato, o mesmo autor explica que os seus esforços para obter os dados sobre a população deste governo falharam, mas segundo ele, esses dados devem ser muito insignificantes, já que somente a costa é habitada (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p. 150).

O outro comandante, Lisianski, faz colocações com diferentes números que diferem de Krusenstern, ele considerou que a população é de 10.142 almas, das quais umas 4000 são negras, mas Lisiansky diz que seus números estão de acordo com a estimativa do governo. (LISIANSKY apud BERGER, 1979, p. 162).

Estes dados demonstram que os viajantes não se preocuparam em detalhar a fundo a constituição da sociedade por si, mas podemos observar o registro da presença dos negros. Em que Lisiansky pontua que, “a condição desta raça, na ilha, não é tão ruim quanto seus irmãos nas Índias Ocidentais ou em qualquer outra colônia europeia que já visitei” (LISIANSKY apud BERGER, 1979, p. 162).

Tomando por referência o livro *História Diversa*, organizado por Beatriz Gallotti Mamigonian e pela Joseane Zimmermann Vidal, percebemos que às autoras buscam construir e retirar da invisibilidade, da história de Florianópolis, os negros e a escravidão. Na introdução escrita por ambas, percebemos que os vários relatos sobre a formação da Ilha mencionam a presença de negros, mas nenhuma contempla a importância que eles tiveram. Pelos relatos dos viajantes russos compreendemos que havia negros em Desterro, mas a construção historiográfica tradicional esquece de mencioná-los, o papel social, sua importância na economia é invisibilizado. A população e os trabalhadores da vila de Desterro não eram apenas brancos de origem açoriana, mas também negros.

O comércio transatlântico de escravos é não apenas o mecanismo de fornecimento de mão de obra para às unidades produtivas nas américas, mas também a migração forçada, que deslocou populações no interior do continente africano, dispersou aproximadamente doze milhões de pessoas através do atlântico e alimentou a escravidão, deixando um legado de discriminação racial. a história compartilhada no atlântico negro aborda as transformações culturais, resistências e lutas das populações de origem africana contra a escravização, a exploração, o racismo e outras formas de opressão (MAMIGONIAN; VIDAL, 2013, p. 12).

Durante a estadia dos russos aqui, Krusenstern registra que os escravos estavam construindo uma igreja<sup>63</sup>, que na percepção do capitão chamou sua atenção porque “em muitos países católicos, é considerada muito mais importante do que hospitais ou outras

---

<sup>63</sup> Durante o governo do Coronel Joaquim Xavier Curado ele remodelou a Igreja Matriz de Desterro e construiu a Igreja de São Francisco.

edificações úteis” (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p. 150)<sup>64</sup>. A igreja que ele se refere é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, a igreja dos negros e escravizados:

Eu fiquei muito surpreendido ao ver numa noite por volta das dez horas, quando me dirigia para bordo, diversos escravos negros de ambos os sexos carregando pedras para aquele propósito (construção de igreja); mas minha admiração diminuiu um pouco, quando considerei que a recompensa por esse zelo religioso pertencia menos a eles do que seus senhores” (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p. 150).

Sobre a relação dos senhores de escravos com seus escravos Lisiansky menciona os preparativos para a festa de natal, onde tanto os senhores e os escravos participam, o viajante não se sente interessado pelo comportamento dos senhores, o que lhe chama a atenção são os negros “de acordo com seus aspectos, reproduziam em mim uma grande diversão, com suas esquisitas danças típicas, onde eram introduzidas ações e gestos característicos, à maneira de suas condutas em batalhas.” (LISIANSKY apud BERGER, 1979, p. 162). O viajante informa ainda que os gestos são de preparo de batalhas, mas não deixa específico que tenha algum referencial com a capoeira ou até mesmo de alguma manifestação religiosa.

“Passando em terra a maior parte do nosso tempo aqui, fui expectador da maneira com que os habitantes desta ilha, tanto os senhores como os escravos, se ocupam nas festas de natal. Os costumes dos senhores, diferindo pouco dos usados pelos católicos da Europa, quase não atraíam minha atenção. O que não acontecia em relação aos negros que, estando em grupos, de acordo com seus aspectos, produziam em mim uma grande diversão, com suas esquisitas danças típicas, onde eram introduzidas ações e gestos característicos, à maneira de suas condutas em batalhas. Este inocente entretenimento de danças continuava por uma quinzena, sem interrupção. Não sabia o que mais me admirar: se dos seus espíritos infatigáveis ou dos seus procedimentos recatados. Este festival reflete, em penso, uma grande distinção de humanidade dos senhores; esta troca de favores também era evidente na sobriedade e decoro dos escravos, qualidade rara de ser encontrada nesta raça, em outras colônias. O último dia de festas foi encerrado com um especial de comédia, interpretada diante do governador, por negros devidamente escolhidos para este fim; ao termino do espetáculo, um dos interpretes agradeceu ao governador em nome de seus compatriotas, pelas alegrias que eles tinham gozado sob sua administração, durante o ano precedente.” (LISIANSKY apud BERGER, 1979, p. 164).

Neste trecho específico, o viajante fala sobre “uma grande distinção de humanidade dos senhores”, porém ressalta que os senhores de escravos tinham muito cuidado e controle sobre os seus cativos, era necessário vigiar os negros escravizados, para evitar revoltas e fugas. Era exercida uma política dos senhores de escravos de controle e domínio, o que a historiadora Beatriz Gallotti Mamigonian e o historiador Vitor Hugo Bastos Cardoso, chamam de “pedagogia da força” que reforçava a autoridade dos senhores.

Outra colocação feita por Lisiansky foi,

---

<sup>64</sup> No livro *Memória Urbana*, Eliane Veiga salienta que às igrejas e outras construções das ordens religiosas moldam a composição da paisagem da vila, e que esses prédios ocupam papéis importantes pelas atividades que abrigavam e promoviam, como os cultos, a assistência social e o ensino da população (VEIGA, 1993, 62).

A condição desta infeliz raça [população escravizada negra], na ilha, não é tão ruim quanto seus irmãos nas Índias ocidentais ou em qualquer outra colônia europeia que já visitei. Quase todos estão convertidos ao Cristianismo por seus senhores e têm no preto São Benedito santo protetor nas horas ingratas (LISIANSKY apud BERGER, 1979, p.162). Grifo nosso.

Outro viajante que relata sobre os escravos negros em Desterro é o naturalista alemão Langsdorff, que estava viajando junto com os russos. Ele adverte que a quantidade de escravos negros que são encontrados pelas ruas de Desterro é estranha ao olhar dos europeus, principalmente para ele, que diz que sentiu uma revolta especial quando percebeu “um grande número dessas criaturas abandonadas, nuas, deitadas frente às portas das ruas laterais, e oferecidas à venda”. (LANGSDORFF apud BERGER, 1979, p. 176).

No que se refere ao relato de Golovnin, viajante que chegou em Desterro em 1808, também de uma expedição russa, nada tinha sobre o que relatar sobre a condição dos negros escravizados ou negros libertos de Desterro.

O historiador Oswaldo Cabral em relação aos escravos comenta que a quantidade de negros em Santa Catarina é relativamente pequena em relação a outros locais<sup>65</sup>, e que eles eram tratados com bondade pelos seus senhores, e era quase sempre empregado nos serviços domésticos e no carregamento de barcos.

Para atender esta dimensão, em um trecho do Capítulo 1, *Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina*, do livro *História Diversa*, Cardoso e Mamigonian explanam que no mapa da população da Capitania de 1776, 110 ex-escravos, esses libertos residiam na freguesia de Desterro (CARDOSO; MAMIGONIAM, 2013, p. 38).

A condição dos escravos em Desterro era a de submissão para a sobrevivência, ser escravo era se submeter a castigos, ao trabalho forçado, às constantes ameaças de surras e de mortes. Um escravo negro não era visto como outra coisa senão um escravo negro. Cardoso e Mamigonian pontuam que a exploração da mão de obra escravizada em Desterro era empregada em “novas categorias socioprofissionais como escravo de roça da casa, feitor, mestre de forno, do engenho etc.” (CARDOSO; MAMIGONIAM, 2013, p. 32).

Cabe salientar que, Cardoso e Mamigonian ainda apresentam ao leitor que a escravidão que predominava nesse universo agrário Desterrense era diferente daquela tida como estritamente “doméstica e “minifundiária” ou, como pontuaram os historiadores Walter Piazza e Oswaldo Cabral, sem importância. (CARDOSO; MAMIGONIAM, 2013, p. 32).

---

<sup>65</sup> Cabral aponta que a população da capitania em 1810, era de 30.339 habitantes, dentro disso, 7.203 eram escravos. (CABRAL, 1970, 107). Em 1810, 23% da população de Desterro era formada por escravos.

Em função de tais considerações, no capítulo 9 do livro *História Diversa*, o historiador Henrique Espada faz uma colocação muito importante para entendermos o processo de escravização em Desterro,

não existia uma única escravidão, mas muitas. Mesmo em um lugar relativamente pequeno como a Ilha de Santa Catarina, havia muitos modos de ser escravo, assim como havia muitos modos de ser livre ou liberto. A vida de um escravo estava ligada em primeiro lugar às suas condições de cativo: suas relações com os proprietários, as formas de manutenção da obediência, os modos de controlar o trabalho, as atividades exercidas, as relações sociais dentro e fora da escravidão. Ter uma profissão urbana, por exemplo, dava acesso a recursos distintos daqueles que se conseguia sendo um trabalhador da lavoura. Isso certamente distinguia os escravos sapateiros, barbeiros, pedreiros, carpinteiros, ou as costureiras, quitandeiras, cozinheiras, daqueles que não tinham uma profissão definida. Por outro lado, ter a possibilidade de cultivar um pedaço de terra nos finais de semana, criar um porco no quintal ou poder comercializar o produto de uma pescaria, também podia ter um impacto importante nas condições de vida sob a escravidão. (ESPADA, 2013, p. 200-201).

Não procuramos nos aprofundar muito sobre os maus tratos sobre os escravos em Desterro, nos relatos em si podemos não os reconhecer, mas conhecendo o período e a espacialidade de Desterro, é possível afirmar que só porque os russos não viram não era porque não existia. A “*História Diversa*” apresenta a fuga dos escravos, e dessa forma podemos sugerir que se havia fugas, não eram todos deveriam receber o dito “tratamento humanizado” relatado por Lisiansky. Não se chama como foi o critério da construção desses relatos de viajantes específicos. Por isso, volto a chamar atenção ao sistema servil russo, que os trabalhadores tinham outro nome e outra cor e outra ligação política, mas servem a alguém a um propósito semelhante, sustentar uma coroa autoritária.

De volta às páginas do livro *História Diversa*, Cardoso e Mamigonian, informam que até às duas últimas décadas do século XVIII, existiam poucos escravos nos núcleos de povoamento de açorianos na Ilha de Santa Catarina e no litoral próximo. A mão de obra cativa apenas complementava o trabalho exercido pelos colonos recém-instalados” (p.22). O desinteresse, até então, do uso de mão de obra escravizada se constata pelo florescimento de uma economia de abastecimento interno e não para o mercado externo, como acontecia em outros locais da Colônia que exportavam pau-brasil, cana de açúcar e café, por exemplo.

Nisto, se insere, o projeto colonial no Sul, nessa primeira fase que,

A própria coroa portuguesa, no implemento da colonização açoriana, na década de 1750, reprovava o uso de mão de obra escrava pelos colonos. Oficialmente, o que incomodava era “ociosidade” de seus súditos, já observada em outras partes do Brasil onde a escravidão predominava. Mas é provável que a Coroa também receasse a formação de uma elite proprietária com maior capacidade para contestar o seu domínio.” (CARDOSO; MAMIGONIAN, 2013, p. 22).

Fazendo possível uma análise do conteúdo dos relatos com o empreendimento colonial da coroa portuguesa encontramos em Desterro a pesca de baleias e a cultura da mandioca, que serão observados em sequência. Procuo evidenciar que houve escravidão em Desterro, que houve sim um comércio de escravos no litoral da capitania e que isso moldou a sociedade de Desterro ao longo do século XIX.

No que diz respeito ao Império Russo, o historiador Daniel Aarão Reis Filho, em sua obra *As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético*, nas terras do Czar o trabalho braçal era realizado essencialmente pelos mujiks (nome destinado aos camponeses da Rússia czarista), a Rússia Imperial do fim do século XIX, era predominantemente agrária, cerca de 85% da população vivia no meio rural (REIS FILHO, 2003, p. 19). A esse respeito cabe considerar a reflexão do autor sobre a questão da sociedade agrária encontrada na Rússia nesse período: a pirâmide da sociedade rural russa, composta pelos pomeschtchiki e mujiks. Os pomeschtchiki eram grandes proprietários de terras de vínculo nobre, que devido à força política e prestígio social, formavam a base social da autocracia czarista. No sul e no oeste do império, esses grandes proprietários conduziam grandes produções de açúcar de beterraba para exportação, enfatizando a desigualdade e atribuindo à Rússia o título de celeiro da Europa (REIS FILHO, 2003, p. 20). Já os mujiks, como pontua Reis Filho (2003), “trabalhavam na terra com os braços e instrumentos rudimentares”; eles eram divididos em biednakis: cerca de 60% da população rural, eram classificados como pobres; batraks: 1,5 milhões de trabalhadores assalariados, sem acesso às terras; seredniakis: considerados “os medianos”, constituíam 22% da população e os kulaks: menos de 19% da população rural (REIS FILHO, 2003, p. 20). Os kulaks controlavam os demais camponeses, devido aos seus empréstimos de sementes e dinheiro. Embora não pudéssemos chamá-los de ricos, gozavam de certo prestígio social e possuíam alguns privilégios básicos, como oferecer instrução básica à família. Apesar disso, viviam em casinhas apertadas, sem muito conforto e sujeitos a doenças e a passar fome (REIS FILHO, 2003, p. 20).

O sistema de escravidão brasileiro e o regime de servidão russo foram trazidos nessa análise para conseguirmos visualizar como era a organização social da mão de obra da colônia, sob domínio do império português, e do império russo. Tanto o sistema de escravidão como o regime de servidão russo manifestam características próprias das sociedades que esse trabalho se preocupou em trazer. Existem estatutos sociais próprios dos sistemas escravista e servil que foram descritos ao longo desse trabalho, os viajantes russos conhecem o sistema serviu dos seus conterrâneos, e não souberam reconhecer o sistema de escravidão em Desterro.



O litoral catarinense no projeto da Coroa Portuguesa foi incorporado à área de exploração da baleia. A exploração de cetáceos fez parte da atividade econômica durante a colônia. A própria instituição de armações de baleias auxiliou na ocupação e povoamento de Desterro, assim como parte da costa meridional brasileira (ZIMMERMANN<sup>66</sup>, 2013, p. 44). A baleia em si fornece inúmeras fontes econômicas, sua carne era salgada e conservada e servia como alimento a longo prazo, a carne seca de baleia. Do animal ainda eram aproveitadas a língua, era uma iguaria e era comercializada com a corte. As barbatanas eram enviadas para a Europa e foram muito utilizadas na confecção de roupas femininas como os espartilhos e as armações de saias. Os ossos eram usados na construção civil e na produção de móveis. O óleo da baleia serviu, especialmente, para a iluminação dos engenhos, de casas e fortalezas ao preparo de argamassa para as construções. Todas essas propriedades da indústria de óleo e outros derivados do cetáceo ajudaram a desenvolver o litoral da Capitania entre os séculos XVII e XVIII.

Krusenstern no seu relato informa que a pesca é monopólio da coroa portuguesa, e no entendimento do viajante poderia ser um ramo lucrativo e auxiliaria nas despesas da manutenção das tropas e dos oficiais, presume. Mas devido ao empenho do governo português era difícil obter lucros com as armações. Em 1808, quando outra expedição russa atraca em Desterro, o comandante da corveta Diana, Golovnin, menciona que:

Há em Santa Catarina um grande engenho para exploração total das baleias. O direito de pesca foi concedido pelo governo a uma companhia de negociantes e é muito lucrativo. Ao chegar, vimos grande quantidade de baleias quase na entrada da baía. (GOLOVNIN apud BERGER, 1979, p. 217).

Tem-se então por parte do governo garantir que as armações fossem uma vantagem econômica para a província. O viajante Langsdorff aponta que antigamente as armações eram arrendadas a uma sociedade comercial como monopólio e obtinham bons lucros, mas a coroa encampou tudo, o que o naturalista pressupõe que os antigos arrendatários não tivessem mercado para seus produtos ou que o governo esperasse ganhar quantias maiores.

Para compreensão da expansão do comércio de baleias Zimmermann aponta que foi a partir de 1614, que a coroa espanhola decreta a baleia como um peixe real, estabelecendo que a pesca passaria ao monopólio da coroa. As armações, já existentes ou que ainda viriam a surgir, apesar de pertencerem à coroa seriam arrendadas para particulares, que seriam por elas responsáveis, mas não proprietários. Este modelo seria vigente até o fim do século XVIII e

---

<sup>66</sup> ZIMMERMANN, Fernanda. Armação baleeira da Lagoinha; uma grande unidade escravista. In. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti e VIDAL, Joseane Zimmermann. História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013, p. 43- 84.

início do século XIX. Os arrendadores das armações foram responsáveis por investir na estrutura, na compra de escravos e na manutenção da ordem. Com o término do arrendamento toda a estrutura deveria ser inventariada e entregue novamente à administração da pesca (ZIMMERMANN, 2013, p. 44-45).

Sobre o empreendimento colonial que foram as armações de baleia, a historiadora Fernanda Zimmermann apresenta em sua pesquisa o papel das armações tanto como núcleos populacionais, como também o de identificar as armações na paisagem litorânea catarinense (Armação da Piedade e Armação da Lagoinha são citadas em seu trabalho) proporcionando informações referentes aos seus aspectos sociais, espaciais e ambientais. O estudo de Zimmermann analisa ainda com mais precisão a distribuição dos escravos e seus papéis dentro das armações.

Cada etapa do trabalho de caça da baleia, até a extração de seu óleo, era exercida por um grupo de escravos, que juntamente com alguns trabalhadores livres, contratados para funções específicas, desempenhavam sua função para que o trabalho na Armação fosse executado com sucesso (ZIMMERMANN, 2013, p. 52).

Os negros africanos escravizados na colônia foram responsáveis pela mão de obra das armações de baleia, em 1772, na região da Lagoinha, era um depósito de azeite de baleia produzido principalmente na Armação da Piedade, e tornou-se também uma armação baleeira. Para o trabalho na Armação da Lagoinha, além de alguns trabalhadores livres, eram constantemente comprados escravos na praça do Rio de Janeiro. Estes cativos foram adquiridos pela Administração da Pesca da Baleia (ZIMMERMANN, 2013, p. 47).

A participação dos escravos no trabalho da armação baleeira, segundo Zimmermann, ia desde a caça de baleias ao beneficiamento do óleo.

"Os escravos desenvolviam as mais diversas funções da armação, desde remar em alto mar a processar o azeite na estrutura montada em terra firme. As principais funções identificadas no inventário em análise<sup>67</sup> eram as de remeiro, falquejador, cortador de açogue, chacoteiro, mestre de azeite, gancheiro, cortador de cima da baleia, aprendiz de carpinteiro e pedreiro" (ZIMMERMANN, 2013, p. 55).

Observam-se também, como destaca Zimmermann, que a divisão de tarefas dentro das armações continha trabalhadores livres. "Muito embora, os trabalhadores escravizados realizassem a maioria dos trabalhos na armação, para algumas tarefas especializadas contratavam-se trabalhadores livres mesmo libertos" (ZIMMERMANN, 2013, p. 55).

---

<sup>67</sup> A historiadora Fernanda Zimmermann utiliza como fonte o Inventário dos bens da Armação da Lagoinha de 1816 a autora resgata várias informações sobre as armações baleeiras nos anos finais de seu funcionamento. Para conhecer mais ver em: ZIMMERMANN, Fernanda. Armação baleeira da Lagoinha; uma grande unidade escravista. In. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti e VIDAL, Joseane Zimmermann. História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013, p. 43- 84.

Como se verifica o exposto entende-se que a economia colonial de Desterro tem por base a escravidão como em outras províncias da colônia. Os escravos foram responsáveis pelas atividades da pesca de baleias, mas também, não menos importante, pela produção de farinha de mandioca.

A Capitania de Santa Catarina, segundo os viajantes russos, era mais uma província mal administrada, os viajantes, na medida do possível manifestam sua crítica em relação ao comércio restrito com o Rio de Janeiro e o quanto isso prejudica a economia de Desterro:

Os produtos desta terra são muito variados e podem ser usados como fontes inesgotáveis de um rico comércio, se esse não fosse tão limitado e dependente do Rio de Janeiro, pois, os moradores daqui só podem vender seus produtos para esta cidade” (LANGSDORFF apud BERGER, 1979, p.177).

Golovnin<sup>68</sup>, que chegou em 1808, aponta que os principais produtos que ele viu na Vila de Nossa Senhora do Desterro são o arroz e o café, onde o viajante expressa acreditar que o café produzido em Desterro é o melhor do Brasil. Ele não esquece de pontuar que aqui também se produz muito açúcar e as verduras e frutas crescem em grande quantidade. Krusenstern, Lisiansky, Golovnin e Langsdorff mencionam às diversas provisões que Desterro oferece: melancias, abacaxis, bananas, abóboras, limões, laranjas, rum, água em abundância, algodão, etc. e ainda comentam que o preço é muito bom.

Partindo deste princípio, um dos principais produtos de Desterro e apontado pelos russos é a mandioca. Lisiansky nos informa que a raiz é um dos principais alimentos dos habitantes e que pode ser cultivada em toda a extensão do solo fértil de Desterro. Ainda nos informa que é muito nutritiva, e que na capitania é feito um pão de mandioca, muito mais branco que o pão encontrado na Rússia, e nem tão saboroso quanto (LISIANSKY apud BERGER, 1979, p.165). Langsdorff segue o mesmo caminho que Lisiansky mas se aprofunda nos tipos “a espécie mais fina é designada de “Tapioca”, um verdadeiro sagu branco; a mais grosseira é chamada de “farinha de pão” e é usada como alimento pelas classes mais modestas e pessoas mais pobres”. (LANGSDORFF apud BERGER, 1979, p.174-175).

O estudo de Ana Carla Bastos, também inserido no livro *História Diversa*, sobre a *Escravidão nos Engenhos de Farinha da Lagoa da Conceição* escreve que a farinha de mandioca<sup>69</sup> já era importante para a economia da Ilha desde os meados do século XVIII, sendo até importada para outras partes da Colônia quando necessário. E segundo Bastos, “a farinha de mandioca despontaria definitivamente como o produto de maior expressão no comércio exportador da província de Santa Catarina, principalmente através do porto de

<sup>68</sup> A estadia de Golovnin em Desterro coincide com a mudança da corte portuguesa para a colônia.

<sup>69</sup> A produção da farinha de mandioca era feita na capitania na Vila de São Francisco do Sul e nas freguesias de Desterro da Lagoa e do Ribeirão da Ilha.

Desterro”. (BASTOS, 2013, 76). A mandioca ocupava o papel mais importante na alimentação não só da Capitania de Santa Catarina, mas das demais regiões da Colônia.

Durante a segunda metade do século XVIII, uma demanda crescente por farinha de mandioca permitiu que se estabelecesse um mercado local significativo na ilha, que era ligado ao mercado interno de abastecimento da colônia. Nesse sentido, é importante que possamos verificar de que modo a demanda por gêneros de primeira necessidade, principalmente a farinha de mandioca, ajudou a moldar a paisagem rural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e o cotidiano dos seus moradores desde a segunda metade do século XVIII até fins do século XIX (BASTOS, 2013, p. 72).

Cabe salientar que “em fins do século XVIII, a demanda existente por farinha comercializada foi suficiente para estruturar um mercado local, rotas de abastecimento interno da colônia e gerar uma especialização no cultivo da mandioca e na produção da farinha destinada ao abastecimento desses mercados” (BASTOS, 2013, p. 75). Além disso, a autora por fim evidencia a importância da demanda da farinha de mandioca, onde essa foi significativa para modelar a paisagem social e econômica através do comércio da farinha.<sup>70</sup>

A alimentação dos escravos dentro das armações baleeiras era conhecida como uma ração de farinha de mandioca e charque, a mesma dos escravos em outras regiões do Brasil. Além disso, recebiam fumo como recompensa e aguardente como remédio<sup>71</sup>.

Através da pesquisa de Bastos, podemos visualizar que a mandioca é importante para a economia da Ilha de Santa Catarina. A produção da farinha de mandioca faz parte da alimentação da “guarnição militar e das tropas de passagem; da população urbana; dos trabalhadores e funcionários das armações baleeiras; e a população das freguesias rurais”. (BASTOS, 2013, p. 72). E ainda, “a partir de 1739, as tropas aquarteladas e os oficiais residentes nas fortalezas passaram a constituir um segmento militar de consumo da farinha de mandioca. Esta era armazenada no paiol da farinha, uma estrutura que fazia parte do plano de edificação de todas as fortalezas”. (BASTOS, 2013, p. 73). A farinha de mandioca poderia ser transportada e distribuída entre as tropas no Rio Grande de São Pedro e nos armazéns do Rio de Janeiro, além de ser enviada à Salvador e Recife em momentos de crise de abastecimento.

a produção da farinha de mandioca desempenhou também papel importante nos negócios coloniais, embora, seus produtores, pouco a pouco buscassem mercados alternativos para sua comercialização; e todas às iniciativas da Corte Portuguesa com a implantação de cultura vantajosas ao comércio colonial, como algodão, linho câhamo e a cochonilha, foram de modo geral frustradas (SILVA, 2013, p 218).

---

<sup>70</sup> BASTOS, Ana Carla. Escravidão nos Engenhos de Farinha da Lagoa da Conceição In. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti e VIDAL, Joseane Zimmermann. História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013, p. 75.

<sup>71</sup> ZIMMERMANN, 2013, p. 57

Para melhor compreensão Bastos informa que os engenhos de farinha garantiram a segurança alimentar dos moradores da vila e arredores, a possibilidade de trocas no mercado interno e também exportou mandioca para a Capitania da Bahia,

É certo que Santa Catarina chegou a exportar farinha de mandioca para suprir a demanda baiana nos períodos em que a produção interna daquela província não foi suficiente para alimentar a população, segundo pesquisa de Barickman. A exportação era feita pelo comércio de cabotagem. A principal conexão de Desterro era com a praça comercial do porto do Rio de Janeiro. Em fins do século XVIII a maioria das embarcações carregadas com farinha de mandioca que adentrou o porto do Rio de Janeiro provinha de Santa Catarina. E era do Rio de Janeiro que chegavam muitos dos produtos importados encontrados nas 18 lojas de fazenda e 44 tabernas contadas na vila de Desterro em 1796, segundo o Relatório de Miranda Ribeiro. (BASTOS, 2013, p. 75).

A produção da farinha de mandioca na Ilha de Santa Catarina foi tratada pela historiografia como fruto de uma economia sem muita dinâmica, ao contrário por exemplo da Capitania da Bahia, a capitania de Santa Catarina não contava com grandes fazendas em sistema de plantation e tinha seu comércio voltado aos gêneros alimentícios destinados à própria região.

No mercado interno, desempenhou a importante função no abastecimento de farinha de mandioca nos armazéns reais do Rio de Janeiro, do Rio Grande de São Pedro, da própria Ilha, se não também de outras praças, para sustentar tropas e da população em geral. Além disso, deve-se considerar ainda que a sociedade local constituiu, ao longo do tempo, mecanismo e estratégias no sentido de criar formas próprias de organização e desenvolvimento, subvertendo às determinações provindas da Corte (SILVA, 2013. p 14).

Não iremos aqui, investigar a estrutura agrária da capitania a partir da sistematização e análise dos dados sobre a produção, o que desejamos é compreender alguns aspectos econômicos e produtivos na Capitania, procuramos conhecer essas atividades produtivas executadas na região litorânea, pelos relatos conhecemos alguns gêneros e produtos que eram cultivados nessas regiões. Se eles eram comercializados com esses estrangeiros, era sob forma de escambo.

A mandioca já era plantada em Santa Catarina pelos índios carijós. Flores (2000) evidencia que o litoral catarinense era habitado pelos indígenas da nação tupi-guarani, eles viviam da pesca, da caça, da coleta e da plantação de milho e mandioca. Quando os açorianos chegaram na região, eles tentaram produzir a cultura do trigo, que já era conhecida deles, mas o trigo não deu certo nas terras catarinenses e os açorianos precisaram adaptar-se para o plantio da mandioca.

A partir dos trabalhos de Beatriz Gallotti Mamigonian, Vitor Hugo Bastos Cardoso, Fernanda Zimmermann e Ana Carla Bastos podemos perceber que a economia local tinha mãos de escravos africanos em um regime de escravidão, que apesar de não ter sido

aprofundado no relato de viagem existia e, que os viajantes e da nossa historiografia acharem que a corte portuguesa não dava a devida atenção a Desterro, é possível compreender que as exportações dos itens produzidos em Desterro não evidenciavam que a Vila tinha somente uma economia voltada para subsistência. Em grande medida incentivada pela própria administração portuguesa, permitiu a formação de um mercado local, ligado ao mercado atlântico de alimentos pelo porto do Rio de Janeiro, na qual a farinha de mandioca serve como exemplo.

Pelas informações fornecidas pelos viajantes conseguimos identificar que os habitantes eram constituídos por um núcleo de portugueses, escravos africanos. Em determinado momento é falado sobre os indígenas, no relato de Lisiansky comenta que “os nativos americanos daqui são tão arredios, que nenhuma correspondência consegue se estabelecer entre eles e os portugueses; para essa razão faz não os via” (LISIANSKY apud BERGER, 1979, p.165). Ainda sobre os indígenas, Flores (2000) pontua que os carijós que viviam na região, foram incessantemente exterminados pela escravidão durante os séculos XVI e XVII.

Durante todo o processo de colonização à caça dos índios foi estimulada, a primeira mão de obra utilizada na colônia foi através da escravização dos indígenas em massa, antes dos africanos cruzaram o mar, eram os indígenas que eram torturados, ameaçados e mortos pela coroa portuguesa. Eles foram forçados a trabalhar nas primeiras experiências de cultivo na colônia. Toda a organização social de domínio portuguesa se inicia com a servidão dos indígenas.

No relato de Langsdorff, o viajante fala que os moradores que vivem mais no interior estão mais expostos aos assaltos nativos da região e dos índios, que eram chamados de “gentio brava”. Segundo o autor, durante a estadia russa em desterro aconteceram assaltos e o governador precisou enviar soldados para averiguar (LANGSDORFF apud BERGER, 1979, p. 175).

Sobre esses assaltos, o comentário de Krusenstern é que o povo está exposto aos ataques nativos, como aconteceu mesmo durante nossa estada aqui. Mas que esses ataques não têm efeitos com quaisquer consequências sangrentas, os nativos se contentam em pilhar e levam consigo particularmente o gado pertencente aos portugueses (KRUSENSTERN apud BERGER, 1979, p. 151).

As informações contidas em relatos de viagem exploram desde o sentido da observação dos autores, as catalogações, as suas memórias, e os seus próprios interesses com o discurso do texto. Usar os dados escritos por Krusenstern, Lisiansky, Golovnin e Langsdorff para a produção desse artigo além de interesse próprio da autora pelos comentários que os

viajantes-autores mandados pelo império russo, vai de encontro com as novas condições de possibilidade de investigação sobre o passado. Conhecer um pouco mais sobre a história de Desterro a partir do recurso desses relatos nos permite criticá-los também, afinal o relato de viagem é um documento pessoal do autor, por isso para o historiador é necessária uma análise crítica. Mesmo assim, o relato de viagem é um documento de pesquisa histórica, é papel do historiador pesquisar sobre as informações apresentadas e debatê-las com outras fontes.

A partir desta afirmação, o intuito do trabalho nunca foi fazer uma análise profunda de gênero, mas foi vista a necessidade de produção sobre o tema. A condição das mulheres dentro da colônia como realça a historiadora Joana Maria Pedro<sup>72</sup> é de que, na condição do Brasil como colônia da corte portuguesa havia uma distinção das mulheres da metrópole e da colônia, compreende-se que às mulheres portuguesas estavam restritas à esfera do espaço privado, o que hoje posso chamar de isolamento feminino, estava implícito nas atividades de ser esposa, ser mãe e ser dona de casa”. Podemos entender que em Desterro as mulheres saem à rua, como podemos observar pelos relatos dos viajantes.

A imagem das mulheres do Sul como mais sociáveis que as mulheres de outros lugares do país são recorrente nos relatos dos viajantes. Imagem provavelmente vinculada à composição racial do Sul do Brasil, aos preconceitos raciais dos ditos viajantes, à cultura específica da população que aí se instalou, bem como a uma formação social que proporcionava um modo de vida diferente dos existentes na economia escravista de exportação (PEDRO, 2007, p. 279).

Em especial, o relato de Langsdorff, que se dirige às mulheres como representantes do “belo sexo”,

As representantes do sexo feminino não são feias e entre as mulheres de classes mais altas estão algumas que, mesmo na Europa, teriam motivos para se firmarem como beldades. Na maioria são de estatura média, bem constituídas, de cor castanha (“basané”), se bem que algumas são muito claras, têm fortes de cabelos pretos e olhos escuros e sensuais; acresce-se que o belo sexo recebe com muita gentileza os hóspedes e, em geral, não vive retraído ou confinado como na própria terra natal, Portugal, onde as damas vivem, durante o ano inteiro, enclausuradas, ou se escondem por detrás das portas e espiam o visitante pelo buraco da fechadura ou pela fenda da porta. Tão sem importância que possa parecer da observação, não faltam pequenas intrigas de amor que se espalham aqui. Presentes europeus, mesmo os mais insignificantes, com as fitas, brincos etc., são gratamente recebidos. (LANGSDORFF apud BERGER, 1979, p.174).

A primeira leitura desse trecho já dá para levantar os questionamentos sobre como eram representadas as mulheres nos relatos de viagens. Na expedição russa, enquanto nada se tem nos relatos de Krusenstern ou Lisiansky escrito sobre a função social das mulheres, o relato de Langsdorff é repleto de comentários.

---

<sup>72</sup> Para conhecer mais sobre as mulheres do sul, veja o capítulo escrito pela historiadora Joana Maria Pedro: PEDRO, Joana Maria. MULHERES DO SUL. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 278-321.

Por entender o paralelo levantado pelo autor de que as mulheres da colônia agem de forma diferente das mulheres de Portugal, vemos um tom de que as mulheres devem seguir um padrão comportamental, o relato ao dar visibilidade para essa comparação, nos evidencia, um distanciamento da cultura europeia onde muitas mulheres eram obrigadas a uma vida reclusa, de introspecção, no interior dos seus lares e até mesmo na Igreja. E em Desterro elas têm liberdades.

Em outro momento, mais a frente desse relato, Langsdorff vai ao encontro do senhor Matheus Cardoso Caldeiras, conhecido em Desterro por estudar e colecionar insetos. O viajante russo vai ao seu encontro na região do continente. Logo que Langsdorff, pelo relato, encontra-se na propriedade do senhor Matheos, ele comenta:

A esposa, mulher trabalhadeira e muito habilidosa em artes femininas, era diretora de uma escola para moças, que funcionava na própria casa. A minha entrada na sala e observei jovens moças sentadas sobre uma esteira de palha, estendida no chão, onde uma delas tecia e a outra costurava, a terceira bordava, outra soletrava e aprende a ler, outra fazia rendas, enfim, todo e se entretinham, de sorte que o todo me causou uma impressão muito viva e me deu a melhor ideia o trabalho e da atividade dos meus hospedeiros. [...] Duas filhas adultas, muito bem educadas, cantaram igual ao meu pedido, umas canções agradáveis e expressivas, se bem que não tocavam o instrumento musical, mas acompanhavam seu canto com uma concha, dentro da qual havia umas pedrinhas, semelhantes às castanholas espanholas e que davam uma cadência com muita graça e simplicidade. (LANGSDORFF apud BERGER, 1979, p. 181-182).

Logo adiante no relato ele comenta que o comportamento das filhas do senhor Matheos tinham, era de uma ingenuidade campesina cheia de graça.

Outrossim, um trecho em específico do relato me chama muita atenção, como uma prática cultural, em Desterro temos o lava pés, que era o nome do procedimento em que as pessoas lavavam os pés antes de dormir. E durante a estadia de Langsdorff na casa do senhor Matheos, à noite o viajante russo foi dormir, um escravo trouxe a água morna para lavar os seus pés. Aqui é preciso comentar que é um escravo que leva a água morna até Langsdorff, e assim que o escravo chega com a água morna, Langsdorff coloca os pés na água para que o escravo massageie e lava os pés, e ele comenta que o escravo durante esse processo foi tão delicado que o autor deve reconhecer que tal processo faz para ele um bem incomum, alívio e bem-estar. Mas durante isso, vem na memória do viajante uma colocação do autor Forter, que afirmava que o lava pés era melhor remédio contra os músculos cansados, nisso ele prossegue com a narrativa e começa a dizer que uma massagem nas pernas e nas coxas com as suaves mãos da filha do senhor Matheos seriam melhores ainda. Langsdorff, confessa que ele teria com muito prazer se sujeitado com essa ideia, de que no lugar desse escravo negro tivesse no lugar a filha do Mateus e o efeito desse lava pés se diferencia por quê o escravo dá para ele e o magnetismo animal. (LANGSDORFF apud BERGER, 1979, p. 182).



Ressalta-se que no entendimento desse relato de viagem como fonte documental, buscou problematizar o que estava escrito e como estava escrito, logo, destacamos que o viajante destaca as funções consideradas “femininas”. Atribuindo assim, descrições que normatizam as ações das mulheres. Podemos perceber pelo relato de Langsdorff, são funções designadas a partir do sexo.

Isto se caracteriza porque as mulheres eram consideradas como o sexo frágil e a elas também estava resguardada a “função maternal”. Como aponta Stella Maris Scatena Franco (2017), a dedicação ao outro - comentário trazendo a informação sobre a escola, mas também podemos entender que as mulheres eram vistas como prestadoras de serviços incondicionais aos filhos, aos maridos, aos doentes, às pessoas que necessitavam. Promovendo também um ideal onde as mulheres são sinônimos da modéstia.

Os levantamentos desse e outros trechos constituem em parte, uma necessidade de expor às representações dos viajantes autores sobre as mulheres. Nem sempre isso é possível num primeiro momento, reconhecer o discurso de gênero, problematizar as representações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira Percepção do Novo Mundo foi fruto de uma projeção da mentalidade europeia na nova geografia. No novo espaço projectou-se toda a tradição literária, mitológica e religiosa do velho mundo. Captou-se o desconhecido em função do conhecido. Baptizaram-se às terras, os mares, os lagos e os rios de acordo com o imaginário, às expectativas e às recordações.<sup>73</sup>

Neste trabalho pretendeu-se apresentar os relatos dos viajantes da marinha russa, devido ao fato de que no século XIX, o gênero relatos de viagem ajudaram a reproduzir uma narrativa imperialista. Ao analisar relatos de viagens podemos distinguir esse discurso imperialista, conseguimos também compreender as relações políticas tanto do império russo quanto do império português e é possível também, desmistificar as imagens estereotipadas de uma parte da colônia.

Os participantes das expedições deixaram descrições importantes para as ciências naturais e para a pesquisa etnográfica e linguística. Notavelmente, o trabalho de Krusenstern, Lisiansky, e do naturalista alemão Georg Heinrich von Langsdorff contribuíram de forma inestimável para a descrição da literatura do povo e da cultura dos locais em que a tripulação esteve, onde a expedição científica russa foi a primeira a realizar estudos etnográficos.

Em seu artigo Olga Fedorova, informa que segundo o tenente Löwenstern cada oficial era obrigado, por ordem do Ministério Naval do império russo, a apresentar seu diário ao almirantado. (FEDOROVA, 2011, p. 386), é graças a essa decisão que conhecemos as impressões dos viajantes russos sobre a Ilha de Santa Catarina.

Nesse sentido, também cabe destacar a publicação em 1979, pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, da obra como os relatos dos viajantes russos. Em nosso trabalho, não foi possível compreender porque essa publicação foi realizada nesse momento. Esta é uma pesquisa que não conseguimos fazer nesse momento, mas é um caminho que deixamos, também para outros pesquisadores. A nossa aproximação e conhecimento sobre o livro *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*, possibilitaram trazer as representações sobre a Ilha de Santa Catarina e da expansão marítima russa.

A marinha russa tinha objetivos específicos em sua viagem de exploração, principalmente o estabelecimento de um comércio com a China e o Japão. Os relatos sobre o que encontraram na Ilha de Santa Catarina são hoje objeto de nosso estudo em nosso trabalho de conclusão de curso. Esses relatos nos permitiram acesso a informações importantes sobre a

---

<sup>73</sup> VENTURA, Maria da Graça A. Mateus. “Espaço de viagem, vastidão incógnita”. In VENTURA, Maria da Graça A. Mateus, *Portugueses no descobrimento e conquista da Hispano- América: viagens e expedições (1492-1557)* (Lisboa: Edições Colibri, 2000), p. 35.

vida dos habitantes em Desterro, as impressões que eles tiveram sobre as relações sociais e econômicas com a coroa, as dificuldades da Ilha em si. Podemos perceber as coincidências e às discordâncias nas observações em diversos pontos, conseguimos compreender que os focos nos relatos são diferentes para cada viajante-autor e, muitas vezes podemos ver Krusenstern e Lisiansky dando possíveis soluções sobre a questão relacionadas a administração e economia da Ilha de Desterro. Assim como nos trechos de Langsdorff, encontramos um discurso mais minucioso sobre algumas características.

O que foi apresentado nos capítulos foi um cruzamento de fontes para podermos pensar em um contexto histórico do relato de viagem, procurando questionar todos os encontros e desencontros da historiografia e, interpretando a veracidade/fidedignidade dos relatos dos viajantes russos sobre Desterro. Ao investigar sobre a circum-navegação russa nos deparamos com um tema ainda maior, a colonização russa nas Ilhas Aleutas, e como isso acaba influenciando a vinda dos russos a Desterro. A aproximação mais excepcional foi a conexão entre os impérios russos e português, em um contexto que ambos viam em outros territórios um aproveitamento para lucro da coroa como empreendimento, mas o modo que os dois impérios articulam seus interesses foi colocado como parte do projeto de cada império em específico.

A compreensão que o uso dos relatos de viagens pode ser usado na historiografia se torna cada vez mais pertinente se junto com esses relatos o historiador tiver outros documentos e outros trabalhos sobre o conteúdo de preferência. Não se deve entender que os relatos são fontes inesgotáveis de verdade absolutas, muito pelo contrário, são verdade absolutas para os autores, não para às suas representações. São fontes de fortes indagações, cheias de “por que”, e sob uma outra experiência.

Não é difícil perceber que estas observações nos encaminham diretamente para o terreno da etnologia. Pois, se já vislumbramos nelas que o verdadeiro viajante é sempre virtualmente etnólogo, devemos considerar também, *converso itinere*, o vínculo desta ciência com a armação temporal das viagens, já que só ela abre passagem para a verdadeira alteridade. Se a temporalidade é o solo da comunicação com o outro, só nela é que alcançamos o fundamento deste saber alargado do homem a que pretende a etnologia (CARDOSO, 1988, p. 360).

Isto se caracteriza através da pesquisa do historiador, e como ele pretende seguir com seu método. Aqui, escolhemos acompanhar os relatos como fontes historiográficas de pesquisadas, e com isso fomos levadas as pesquisas elaboradas por historiadores catarinenses. Na busca desses historiadores em escrever uma história que é mais um levantamento sobre informações do que uma problematização das fontes, concluímos que determinados autores, em suas linhas de pesquisa não usufruíram do potencial do relato de viagem. O que fizemos

foi contribuir para uma melhor compreensão do contexto historiográfico de Desterro. Assim seria possível um paralelo: às representações russas e os historiadores de suas áreas complementando para melhor entendimento dos assuntos.

Quando nos debruçamos com os trabalhos sobre a historiografia catarinense não havíamos pensado em construir a narrativa sobre o IHGSC, mas acabou que é no coração do instituto que se propaga uma história de Santa Catarina que visava criar uma identidade de ascendência europeia e da cultura trazida por eles. O que para o nosso enfoque se mostrou bastante preocupante, pois nessa narrativa criada no Instituto não havia espaço para os escravos, as mulheres, a colonização ou os indígenas. A vontade de trazer a experiência da historiografia produzida pelo IHGSC em paralelo com as pesquisas produzidas nos anos decorrentes foi para que o leitor conhecesse as mudanças no método de se fazer a história dentro do Estado.

Mesmo com as especificidades das tensões do sistema político catarinense, devido ao passado da Capitania e como retratar esse passado, conseguimos trabalhar com as duas vertentes que foram apresentadas pela historiadora Cristina Scheibe Wolff, e como o uso da produção historiográfica se apropriou dos relatos de viajantes para suas narrativas.

O acesso a fonte e os trabalhos da historiografia contemporânea, sobre os mais diversos temas sobre a história de Santa Catarina, tal como os estudos sobre as mulheres no sul da Colônia, a participação dos africanos enviados a Capitania como mão de obra escrava e os indígenas, foi possível dar visibilidades a esses sujeitos e sua importância para o desenvolvimento histórico-social e econômico da Capitania de Santa Catarina, sua importância no sistema colonial português e uma região de interesse do Império Russo. Além disso, consideramos, que a fazer uso do relato de viagem e de sua utilização pela historiografia catarinense possibilitou trazer a cena novas compreensões sobre o passado da Ilha de Santa Catarina.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Tradução de João Roberto Martins Filho.
- ARISTOV, Mikhail. 2013. **Primeira viagem de circum-navegação russa comemora 210 anos**. Disponível em: < [br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/2013\\_08\\_07/Primeira-viagem-de-circum-navega-o-russa-comemora-210-anos-2623/&gt](http://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/2013_08_07/Primeira-viagem-de-circum-navega-o-russa-comemora-210-anos-2623/&gt) >. Acesso em: 04 de abril de 18. - retirado do ar
- BARRATT, Glynn. **Russia In Pacific Waters, 1715-1825: A Survey of the Origins of Russia's Naval Presence in the North and South Pacific**. Vancouver: The University Of British Columbia Press, 1981.
- BARRATT, Glynn. **The Russians and Australia**. Vancouver: The University Of British Columbia Press, 1988.
- BERGER, Paulo. **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: Assembléia Legislativa, Assessoria Cultural, 1979.
- BERTONHA, João Fábio. **Rússia: Ascensão e Queda de um Império: uma história geopolítica e militar da Rússia, dos czares ao século XIX**. Curitiba: Editora Juruá, 2011.
- BLACK., Lydia T. **Russians in Alasca, 1732-1867**. Fairbanks: University Of Alasca Press, 2004. 328 p.
- BRITO, Paulo Jose Miguel de. **Memória política sobre a capitania de Santa Catharina**. Florianópolis: IHGSC, 2008. 174p (Catariniana; 11)
- CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Laudes, 1970.
- CABRAL, Oswaldo R. **As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-colônia**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. 137 p.
- CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro: memória**. Florianópolis. Lunardelli, 1979. 2v. ISBN (Broch.).
- CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro: notícia**. Florianópolis: [s.n], 1971 (Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina) 2 v.
- CABRAL, Oswaldo R. Reis, Sara Regina Poyares dos. **História da política em Santa Catarina durante o Império**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. 4 v. ISBN 97885328028XX.
- CALDAS, Candido. **História militar da Ilha de Santa Catarina: notas**. Florianópolis: Lunardelli, 1992. 149 p.
- CARDOSO, Sérgio. **O olhar dos viajantes (do etnólogo)**. In: NOVAES, Adauto. *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CAROLA, Carlos Renato. **Natureza admirada, natureza devastada: História e Historiografia da colonização de Santa Catarina.** Varia História, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p.547-572, dez. 2010. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/vh/v26n44/a11v2644.pdf](http://www.scielo.br/pdf/vh/v26n44/a11v2644.pdf)&gt;. Acesso em: 10 jun. 2018.

CARVALHO, Alfredo de. **Uma visita a Santa Catarina em 1803-1804.** In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1915, vol.IV, I a IV trimestres, p. 3-32.

CATARINA II DA RÚSSIA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Catarina\\_II\\_da\\_R%C3%BAssia&oldid=59349529](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Catarina_II_da_R%C3%BAssia&oldid=59349529)>. Acesso em: 15 set. 2020.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação.** In: Estudos Históricos, São Paulo, IEA/USP. 1991.

CHUR. L. A. (Coordenador). **A expedição científica de G. I. Langsdorff ao Brasil 1821-1829.** Brasília: MEC.SPHAN PróMemória, 1981.

COMERLATO, Fabiana. **As armações baleeiras na configuração da costa catarinense em tempos coloniais.** Tempos Históricos, Marechal Cândido Rondon, v. 15, p.481-501, 2º semestre. 2011. Disponível em: <[nea.ufsc.br/files/2012/03/Artigo-Fabiana\\_Armações-Baleeiras.pdf](http://nea.ufsc.br/files/2012/03/Artigo-Fabiana_Armações-Baleeiras.pdf)&gt;. Acesso em: 28 jun. 2018.

CONSTANTINO, Nuncia Santoro de. **Relatos de viagem como fontes à história (org).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 10.

**Expedições artísticas e científicas do século XIX.** In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <[enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3783/expedicoes-artisticas-e-cientificas-do-seculo-xix](http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3783/expedicoes-artisticas-e-cientificas-do-seculo-xix)&gt;. Acesso em: 04 de Abr. 2019. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

FEDOROVA, Olga M.. Krusenstern's Circumnavigation (1803–06). **The Journal Of Pacific History**, [s. l], v. 2, n. 1, p. 381-392, dez. 2011.

FERRO, Marc. **História das Civilizações.** Das conquistas às independências. Séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FIGES, Orlando. **Uma história cultural da Rússia.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Povoadores da Fronteira: os casais açorianos rumo ao Sul do Brasil.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. Autoridade do Passado. In: FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A Farra do Boi: palavras, sentidos, ficções.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Relatos de viagem sobre a América Hispânica: considerações sobre as obras historiográficas de Feliú Cruz e Estuardo Núñez.** História da Historiografia. Ouro Preto. Número 7. nov./dez. 2011. 157-172. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br>.

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Viagem e gênero: tendências e contrapontos nos relatos de viagem de autoria feminina\*.** Cadernos Pagu, [S.L.], n. 50, 28 set. 2017. Fap UNIFESP. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332017000200508&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200508&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 27 mar. 2021.

GERSCHENKRON, Alexander; BENJAMIN, Cesar (Org.). **O atraso econômico em perspectiva histórica: e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2015. 402 p. (Economia política e desenvolvimento). ISBN 9788578661144.

GONÇALVES, Janice; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX.** 2006. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30012007-110719/> >.

GRUNWALD, Kostantin von. **Pequena história das grandes nações: União Soviética.** São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

LEITE, Mirian Lifchitz Moreira. **Livro de viagem: 1803-1900.** Rio de Janeiro. Ed. da UFRJ, 1997.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **O naufrago e o sonho: Aleixo Garcia e o imaginário da conquista.** In: BRANCHER, Ana e AREND, Sílvia M. F.(org.) História de Santa Catarina. Séculos XVI a XIX. Florianópolis, UFSC, 2004. p. 27-59.

MACHADO, Matheus Ferreira. **Nos limites da história: os primeiros anos do IHGSC e as fronteiras de Santa Catarina.** 2018. 39 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/196255/TCC%20-%20Matheus%20Ferreira%20Machado.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MACHADO, Rosangela Maria de Melo. **Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: um panorama.** Florianópolis: [s.n.], 1992; 130 p.

MAKOWIECKY, Sandra. **Ilha de Santa Catarina, séculos XVIII e XIX - Artistas viajantes e o estranhamento da paisagem.** Rio de Janeiro, v. V, n. 4, out./dez. 2010. Disponível em: [www.dezenovevinte.net/artistas/viajantes\\_sm.htm](http://www.dezenovevinte.net/artistas/viajantes_sm.htm)>

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti e VIDAL, Joseane Zimmerman. **História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed.da UFSC, 2013.

MELLO, Maria Elizabeth Chaves de. **O relato de viagem** – narradores entre a memória, o fictício e o imaginário. **Gragoatá**, [S.L.], v. 15, n. 28, p. 141-152, 30 jun. 2010. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/gragoata.v15i28.33098>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33098>. Acesso em: 27 mar. 2021.

MILLER, Gwenn A., **Russian Routes: Kamchatka To Kodiak Island**. *Commonplace: the journal of early American life*. 2005. Disponível em: <<http://commonplace.online/article/russian-routes-kamchatka-to-kodiak-island/>>. Acesso em: 12 de abril de 2020.

MINDLIN, José e BELLUZZO, Ana Maria. **O Brasil dos Viajantes**. Textos. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo (Masp), 20 de outubro a 18 de dezembro de 1994, 67 p.

MOSTRA Iconografia 344 é uma visita guiada pelas imagens de Florianópolis. Florianópolis: Nd Mais, 2017. Son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h5TF8LQvMZk&feature=youtu.be>. Acesso em: 28 set. 2020.

NAMIAS, June. **First Meetings In The North Pacific: Russians And “Americans” In The Aleutians**. *Commonplace: the journal of early American life*, 2005. Disponível em: <<http://commonplace.online/article/first-meetings-in-the-north-pacific/>>. Acesso em: 12 de abril de 2020.

NERE, Jacques. **História contemporânea**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 500p.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Baurú: EDUSC, 1999. 392 p. (Ciências sociais.). ISBN 8586259640 (broch.).

PIAZZA, Walter F. (Org.). **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985. 1985. 634 p.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. da UFSC, Lunardelli, 1983.

REICHEL, Heloisa Jochins. **O Relato dos Viajantes como Fonte de Estudo para a História. Perspectivas e Convergências**. Bauru: EDUSC, 1999.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

ROSSATO, Luciana. **Imagens de Santa Catarina: arte e ciência na obra do artista viajante Louis Choris**, *Revista Brasileira de História*, v. 25, n. 49, 2005, p. 175- 195.



ROUSSEAU, J. J. **Os devaneios do caminhante solitário**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

SALOMON, Marlon. **O saber do espaço: ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX**. 2002. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/83093>. Acesso em: 28 dez. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 694 p. ISBN 9788535925661.

SEGRILLO, Angelo de Oliveira. **Europa ou Ásia? A questão da identidade russa nos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas: elementos dos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e uma aplicação à análise da Rússia atual**. 2016. 276 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/8/tde-14092018-162101/publico//2016\\_AngeloDeOliveiraSegrillo.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/8/tde-14092018-162101/publico//2016_AngeloDeOliveiraSegrillo.pdf). Acesso em: 01 de março de 2021.

SEGRILLO, Angelo. **Os russos**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

SILVA, Augusto da. **O governo da Ilha de Santa Catarina e sua terra firme: território, administração e sociedade (1738-1807)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

SILVA, Júlio César Lázaro da. **História Econômica da Região Sul**; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/historia-economica-regiao-sul.htm>>. Acesso em 10 de junho de 2019.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **Anhatomirim e sua fortaleza**. Florianópolis: [s.n.], 1983 (Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC). [20] p. (Anhatomirim, 5).

TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mário Mendonça de (Org.). **As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel**. 2. ed.rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015. 223 p.

UCHOA, Carlos Eduardo; MACEDO, Josiane Therezinha. **Fortalezas catarinenses: a estória contada pelo povo**. Florianópolis: [s.n.], 1992 (Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC) 104 p.

VAN DYKE, Paul A.. **The Canton Trade: life and enterprise on the china coast, 1700-1845**. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2005.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Fundação Franklin Cascaes, 1993.

VEIGA, Eliane. **As fortificações catarinenses no Brasil colonial: introdução ao seu estudo**. [S.l.]: [s.n.], 1988 (Florianópolis: Imprensa Universitária) 51 p.

VICENTINO, Claudio. **Rússia:** antes e depois da URSS. São Paulo: Scipione, 1995. 77 p. (Ponto de apoio). ISBN 8526225774

WOLFF, Cristina S. **Historiografia Catarinense:** uma introdução ao debate. Florianópolis: Revista Catarinense de História, nº3, 1994, p. 5-15. Disponível em: <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/428/148>.

ZHEBIT, Alexander. Brasil - **Rússia:** história, política, cultura. Rio de Janeiro: Gramma, 2009. 216 p. ISBN 9788598555218.

ZIMMERMANN, Fernanda. **O Funcionamento da Armação da Lagoinha:** Hierarquia do Trabalho e o Controle dos Escravos na Caça à Baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825). Trabalho de Conclusão de Curso. UFSC, 2006.